

“Presente triste e sombrio” PÚBLICO, 24.3.95

CARLOS ALBERTO Dias da Graça, o médico de 62 anos que é primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe desde Outubro último, disse em público que a crise económica naquele pequeno país equatorial se agravou de 1991 para cá, que a pobreza aumentou proporcionalmente à quebra do produto interno bruto (PIB) e que se generalizou “um oportunismo egoísta e feroz entre os dirigentes”.

Num discurso em que procurou efectuar o balanço da sua governação, desde que o MLSTP regressou ao poder, agora com o título de Partido Social Democrata (PSD), Carlos Graça falou de descrédito da classe política do arquipélago, de anarquia administrativa e de desmoralização do povo.

O homem que em 1990 sucedeu ao Presidente Manuel Pinto da Costa à frente do MLSTP/PSD disse-se chocado com “as moradias de luxo e os sinais de riqueza de uma elite político-administrativa e negociante”, face a um povo de uns 120 mil indi-

viduos que vive na maior das pobreza, ao largo da costa ocidental africana.

Graça afirmou que muitos dos seus compatriotas já esqueceram que a abertura ao pluripartidarismo, há pouco mais de quatro anos, foi feita para melhorar o nível de vida de uma população que em 1975 alcançara a independência. E atribuiu pelo menos parte das culpas ao Partido da Convergência Democrática (PCD), que esteve no poder de 1991 a 1994.

Cofres vazios

O primeiro-ministro, no discurso de que enviou cópia ao PÚBLICO, alegou que os cofres do Estado estavam vazios quando o MLSTP regressou à governação, no fim do ano passado, e que no mercado não havia arroz, nem açúcar, nem leite.

Problemas nos domínios da saúde e do ensino também foram mencionados por Carlos Graça, tal como no início de 1991 o PCD se queixava do esta-

do em que mais de 15 anos de monopólio do poder pelo MLSTP havia deixado o país, cuja riqueza primordial é o cacau, hoje em dia com muito menos cotação no mercado do que acontecia antes da descolonização.

“O presente é triste, é sombrio”, queixou-se o primeiro-ministro, dizendo que a culpa não é do seu Governo, que ainda nem sequer foi formado há cinco meses. E, mais à frente, propôs-se consolidar o regime democrático oficialmente existente, estabilizar a economia e combater a corrupção: “Prometemos total transparência na gestão dos dinheiros do Estado e do povo”.

Já perto do fim do discurso, Carlos Graça alegou que, ao contrário do que acontecia com o PCD, o seu Governo colabora com “lealdade institucional” com o Presidente da República, Miguel Trovoada (que, tal como ele e como Manuel Pinto da Costa, é um dos homens que a partir da década de 60 começaram a trabalhar pela independência de São Tomé e Príncipe).

Eleições regionais

Enquanto isto, termina hoje a campanha para as eleições regionais que, dia 26, se efectuam exclusivamente na pequena ilha do Príncipe, sendo as únicas listas a do MLSTP/PSD e a de um Grupo Unido para a Autonomia daquele território.

O GUAP é constituído por cidadãos independentes e por elementos das outras forças políticas, designadamente o PCD e a Acção Democrática Independente (ADI), afecta ao Presidente Trovoada.

Com uma superfície de 142 quilómetros quadrados, o Príncipe não tem muito mais de seis mil habitantes, que vivem essencialmente da pesca, mas fica agora dotado com uma assembleia regional de sete elementos e até com um minigoverno regional. Aparentemente, é um dos casos mais flagrantes e menos conhecidos de aprofundamento da democracia formal dentro dos diversos espaços saídos da colonização portuguesa. ■

Jorge Heitor

Ministros para a paz

PÚBLICO, 24.3.95

O PRESIDENTE angolano, José Eduardo dos Santos, criou o cargo de ministro sem pasta encarregado de zelar pela aplicação do Protocolo de Lusaca e entregou-o a Faustino Muteka, chefe da delegação governamental à comissão conjunta (CC) que procura implementar a paz.

Quanto ao outro representante destacado de Luanda nas conversações de Lusaca, o general Higinio Carneiro, foi nomeado vice-ministro sem pasta.

O Chefe do Estado respondeu assim à atitude que a UNITA anteriormente tomara, ao encarregar Jorge Valentim de dirigir um gabinete responsável pela aplicação do Protocolo de Lusaca, que em Novembro do ano passado procurou dar nova vida aos acordos de paz que no ano de 1991 haviam sido concluídos em Portugal, depois de uma série de conversações que passaram essencialmente por Bicesse.

Por outro lado, José Eduardo dos Santos confiou ao vice-ministro do Interior, Fernando

da Piedade, o comando geral da policia, função que até agora pertencia ao titular da mesma pasta, André Pitra.

Quanto a José Amaro Tati, segundo disse a agência Angop, deixa o lugar de vice-ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural porque vai ser nomeado governador da província de Cabinda, a mais rica e difícil de Angola, onde uma série de grupos defende diferentes graus de autonomia, que poderiam ir inclusive até à proclamação da independência.

Estas notícias de Luanda foram conhecidas no mesmo dia em que o Brasil confirmava estar pronto para enviar 1.100 homens se o Conselho de Segurança der este fim de semana luz verde para a concretização de uma força de sete mil capacetes azuis encarregada de fiscalizar a consolidação da paz em Angola.

Estabilidade

“Vemos a força de manu-

tenção da paz como uma forma de demonstrar a Angola que estamos interessados no seu desenvolvimento, que só se verificará se houver estabilidade”, disse à agência Reuter o embaixador do Brasil em Luanda, Ruy Pinheiro de Vasconcelos.

“Estamos culturalmente próximos por causa da língua e por causa do número de angolanos recebidos no Brasil como escravos”, sublinhou o diplomata, cujo país foi o primeiro a reconhecer a independência de Angola proclamada pelo MPLA em 11 de Novembro de 1975.

Há uns 200 brasileiros a trabalhar actualmente em terra angolana, na sua maior parte nas indústrias do petróleo, da extração mineira e da construção.

Durante os próximos dias terá de se confirmar que as tropas do Governo e as da UNITA se afastaram suficientemente umas das outras, designadamente no Uíge, nas Lundas e no Moxico, para que o Conselho de Segurança das Nações Unidas

formalize o envio, dentro dos próximos dois meses, do grosso das tropas encarregadas de constituir a terceira Missão de Verificação (Unavem III).

Um conselheiro especial do secretário-geral Butros Butros-Ghali, Ismat Kittani, deixou na quarta-feira Luanda com destino a Nova Iorque, a fim de comunicar ao seu patrão se existem ou não condições de facto para os capacetes azuis desembarcarem em Angola, sem perigo de se envolverem em conflitos entre as duas partes tradicionalmente adversárias.

Enquanto isto, elementos não identificados assassinaram esta semana 106 pessoas que transitavam numa coluna rodoviária entre Benguela e Caimbombo, no caminho para o Cubal, demonstrando assim o quanto Angola se continua a revelar insegura e longe de uma verdadeira paz.

O país tem estado quase sempre em guerra desde que, no primeiro trimestre de 1961, alguns angolanos pegaram em armas contra a administração colonial portuguesa, só tendo havido um certo interregno entre Maio de 1991 e Outubro de 1992. ■

Sociedade e Poder em Cabo Verde (I)

NOVO JORNAL, 11.3.95

Em Cabo Verde a economia escravocrata aparecia mais como consequência do tráfico de escravos do que como a sua causa, significando isso que não era um destino para o tráfico mas um simples ponto de apoio logístico. Nessa condição de entreposto no tráfico com a função específica de *ladinização* dos africanos escravizados abria-se naturalmente espaços para actividades económicas de suporte, designadamente, a produção agro-pecuária e a confecção de panos de algodão

HUMBERTO CARDOSO

A democracia, enquanto sistema político que se fundamenta na soberania popular, tem como um dos seus pressupostos a existência e o reconhecimento de uma comunidade político-nacional. Uma comunidade política que, na asserção de Samuel Huntington, implica "(...) *consensus juris e utilitas communio* e ainda instituições políticas que reflectam o consenso moral e os interesses mútuos e sejam capazes de dar novos significados aos objectivos comuns e criar novas condições entre os interesses particulares de indivíduos e grupos".

A emergência da comunidade política em Cabo Verde verificou-se num momento muito posterior à constituição da nação. A dessincronia entre estes dois fenómenos deveu-se ao facto do desenvolvimento e a afirmação da identidade nacional ter sido realizado no quadro da administração colonial portuguesa. Ao longo de séculos a nação consolidou-se mas, impedida de expressão política pela própria natureza do poder instituído no território, viu-se sem possibilidades de criar instituições próprias, ou seja, instituições forjadas a partir das características específicas da sociedade caboverdiana e a partir do seu concurso directo. O Poder vigente e as suas instituições políticas eram estranhas e coexistiam lado a lado com uma sociedade aberta a qual se impunham por vias autoritárias mas que nelas não se reconhecia.

Cabo Verde, povoado por portugueses e povos oriundos da costa ocidental africana, distinguiu-se como um raro exemplo de encontro de civilizações que resultou num processo completo de miscigenação, sendo humana mas com conotação cultural. O processo rápido de aculturação que se verificou nas ilhas foi seguido da criação e afirmação de uma cultura própria que faz do caboverdiano um ser cultural perfeitamente distinto.

Um conjunto de factores impediu que Cabo Verde fosse mais uma dessas terras, criadas pela dinâmica da expansão europeia a partir do século dezanove, cuja economia escravocrata baseava-se nas grandes plantações, com a sua *casa grande e senzala*. A exiguidade de terras aráveis, a descontinuidade de um território de pequenas unidades, que se mostravam de difícil acesso, um clima caprichoso, que ditava secas

periódicas terríveis, e um regime de propriedade, que não incentivava investimento, são alguns dos factores que dificultavam o florescimento desse tipo de estrutura económica e social.

Em Cabo Verde a economia escravocrata aparecia mais como consequência do tráfico de escravos do que como a sua causa, significando isso que não era um destino para o tráfico mas um simples ponto de apoio logístico. Nessa condição de entreposto no tráfico com a função específica de *ladinização* dos africanos escravizados abria-se naturalmente espaços para actividades económicas de suporte, designadamente, a produção agro-pecuária e a confecção de panos de algodão. Embora estas actividades fossem baseadas em trabalho escravo, não tinham suficiente peso na economia para serem dominantes e nem eram determinantes no que respeitava à estruturação social. Os seus alicios e baixos, derivados da aleatoriedade das chuvas, impediam que tivessem um papel central na configuração económica e social do território. As relações sociais que produziam não podiam, portanto, ter o grau de rigidez patente noutras latitudes.

Essas relações, em termos de estabilidade, eram ainda mais frágeis e susceptíveis às contingências climáticas nas ilhas, com excepção de Santiago e da ilha do Fogo, cujas economias estavam menos ligadas à economia mundial. As relações escravocratas submeteram-se, quase desde do princípio, a tensões perturbadoras, provocadas, nomeadamente, por fomes, fugas de escravos, ataques de piratas e um fluxo precário e de baixa qualidade de colonizadores europeus, apresentando sérias dificuldades em tornarem-se no paradigma da existência social. É o que constata António Carreira quando diz que "(...) *esses factores atingiram duramente as estruturas desta sociedade escravocrata, enfraquecendo-as, tornando-as tão débeis que ao declarar-se a abolição da escravatura, tudo se desmoronou como um castelo de cartas*".

A instabilidade do sistema era particularmente notório nas comunidades que paulatinamente surgiam nas outras ilhas e em lugares inaccessíveis do interior de Santiago. De facto, inego do poder organizado da administração portuguesa e sem gozar dos efeitos directos do tráfico de escravos, as relações sociais escla-

vocratas nessas comunidades dificilmente conseguiam manter-se. A sua subversão permanente foi acompanhada da ascensão progressiva do *malato* e da cultura crioula, a que os poucos brancos e os negros eram irremediavelmente assimilados, particularmente no período de declínio económico que se seguiu à proibição do tráfico.

A aventura caboverdiana é sintetizada por Baltazar Lopes numa referência à ascensão da língua crioula: "*Aquí, nas ilhas, a uma magra superestrutura social de donatários, capidões-mores, morgados, cônegos de cabido e licenciados, que criaram na Cidade Velha um fausto de que ficou eco num poema espanhol do século XVI, correspondia, a contrapor-se a este esalo reinol, uma população o pouco e pouco formada em ilhas de fracos recursos agrários, entregues a si própria, miscigenada, e à qual as vicissitudes da luta pela sobrevivência dentro da área insular restrita e isolada deram uma personalidade de diferenciação regional que impôs o seu tipo crioulo de linguagem às expressões de influência reinol representadas por elementos minoritários*".

É evidente que o processo de ascendência da cultura crioula não foi linear nem se verificou em todos os pontos do país com a mesma aceleração. A ligação com o exterior no quadro do comércio triangular, o influxo de escravos e o efeito de contenção dos grandes proprietários constituíram factores significativos de resistência enquanto durou o tráfico de escravos. O progressivo isolamento do arquipélago, não obstante os elevados custos humanos produzidos, deu um fôlego extraordinário à consolidação da entidade cultural e nacional em forja nas ilhas. O reestabelecimento de uma ligação significativa com o comércio mundial só viria a verificar-se com o aproveitamento do Porto Grande de S. Vicente, mas isso já noutras termos.

Cabo Verde é, portanto, o que as comunidades espalhadas por todas as ilhas conseguiram produzir em termos de valores e princípios, de língua, tradições e outras formas de expressão cultural; é, também, produto do sentido de um destino comum numa terra, muitas vezes ingrata, e da consciência da necessidade de acção colectiva para assegurar a sobrevivência. A

unidade do povo caboverdiano, apesar da descontinuidade territorial e das especificidades da relação histórica com o mundo e com o poder instalado, próprios de cada ilha, constitui uma prova da vitalidade da experimentação humana no arquipélago, que sobreviveu, designadamente, a fomes, à imposição de relações escravocratas e a migrações massivas.

A sociedade caboverdiana essencialmente rural e vivendo no limiar da sobrevivência básica — facto que a sujeitava a catástrofes periódicas e traumáticas — só revelava sinais de dinamismo e de mobilidade social sob o impacto de factores externos. A emigração, iniciada no século dezanove, à volta da pesca da balcaia, a valorização pontual de alguns dos seus produtos (panos, sal, urzela, café, banana) e, por fim, o início do processo de urbanização em direcção a S. Vicente são desses factores que paulatinamente modificaram a fisionomia de uma sociedade aparentemente sem saída.

A emigração, enquanto fonte de rendimentos progressivamente mais certa e substancial, ajudava a superar as dificuldades de uma economia agrária precária mas não tinha o volume nem a qualidade que a tornasse numa base de investimentos potencialmente estruturantes da economia. O seu impacto social porém era grande, particularmente, no que trazia de novos hábitos, de novas ideias e de uma percepção de um mundo para além das ilhas. Outrossim, o carácter externo dos rendimentos que propiciava não permitia que os seus recipientes, embora mais afluente do que os outros, adquirissem um estatuto e um protagonismo sociais de monta. Em resumo, a emigração contribuía para minorar as dificuldades da vida, mas não constituía um motor de desenvolvimento económico e social.

A urbanização, como expressão de mobilidade horizontal da sociedade, pelo contrário, teve efeitos mais profundos e duradouros na sociedade tradicional caboverdiana. Localizado na ilha de S. Vicente, o fenómeno de urbanização, a exemplo dos casos modernos, teve como motor principal a prestação de serviços, a indústria e o comércio, actividades económicas que se desenvolveram à volta do Porto Grande.

Em S. Vicente, desenvolve-se

uma sociedade urbana que, diferentemente das experiências urbanas anteriores, de suporte a interesses económicos na área de Cabo Verde ou do poder estrangeiro, vai-se formar com indivíduos vindos de uma sociedade rural já homogeneizada nos seus valores e tradições e com um sentido claro de identidade, ou seja, já como caboverdianos. O seu suporte em oportunidades económicas, abertas num momento em que o arquipélago estabelece uma interface estável com o mundo, faz com que, por outro lado, se constitua de uma forma harmoniosa e paulatina, deixando espaço para o desenvolvimento de uma verdadeira cultura urbana.

Este processo de urbanização, desencadeado a partir da metade do século dezanove, traria consigo a possibilidade de expressão da caboverdianidade nos domínios culturais e artísticos, dando conta ao mundo da experimentação humana e cultural secular, que teve lugar nestas ilhas do Atlântico. Os efeitos culturais do Seminário de S. Nicolau, a obra de Eugénio Tavares, de Pedro Cardoso e de muitos outros, espalhados por todas as ilhas, iriam constituir-se em S. Vicente, numa massa crítica, que provocaria a explosão literária e artística que se seguiria ao nascimento do Movimento Claridoso. O reconhecimento da existência de uma entidade nacional e cultural em Cabo Verde não podia ser mais posta de lado.

Se, em termos de homogeneização humana e cultural, a experiência caboverdiana se revelava um sucesso, em termos de desenvolvimento social, os condicionamentos impostos por uma natureza madrastra condenava todos a uma vida no limiar da sobrevivência. Em tal ambiente, as comunidades, essencialmente rurais, estruturavam-se à volta da terra, seguindo linhas de relacionamento do tipo proprietários/parceiros ou rendeiros/trabalhadores assalariados, humanizadas por relações familiares e quasi-familiares. Cláudio Furtado no seu livro "Transformação das Estruturas Agrárias numa Sociedade em Mudança — Santiago, Cabo Verde" transcreve a percepção de um parceiro das relações existentes no mundo rural: "*O morgado ele me trata bem e a família. Tenho um filho que é afilhado dele; dá comida, roupa. Nunca tive*

Em S. Vicente, desenvolve-se uma sociedade urbana que, diferentemente das experiências urbanas anteriores, de suporte a interesses económicos na área de Cabo Verde ou do poder estrangeiro, vai-se formar com indivíduos vindos de uma sociedade rural já homogeneizada nos seus valores e tradições e com um sentido claro de identidade, ou seja, já como caboverdianos

Continua na pág. 3

Continuação da pág. anterior

Sociedade e Poder em Cabo Verde (I)

problemas com ele. Muito pelo contrário, ele trata os parceiros muito bem. Ele é dono das terras e faz o que ele quer. Dá pra trabalhar as terras dele para quem ele quiser. (...) eu fujo tudo para um dia ter o meu pedaço de terra para fazer a minha casinha e deixar para os meus filhos (...) mas do jeito que tudo está não sei. Só se eu "embarcar".

As relações sociais hierárquicas e verticais que daí surgiam, embora variáveis no seu grau de rigidez, conforme o regime de propriedade e as especificidades históricas de cada ilha, eram geralmente suavizadas pela precariedade de da própria existência que unia a todos num destino comum. Portanto, fenômenos de clientelismo, clientelismo e patronagens existiram, mas sem os contornos cortantes que se verificam noutras paragens. A natureza remota do poder vigente no arquipélago não era propícia a uma articulação estreita das elites locais com facilidades, designadamente, políticas e institucionais, que pudessem constituir elementos extras de controle, sujeição e instrumentalização de indivíduos, já com relações de dependência em relação à terra.

O divórcio entre as estruturas sociais e as instituições de carácter público existentes no país, devido ao carácter estragado do poder no território, condicionou a dinâmica das comunidades, já por si só, limitada por fragilidades económicas, limitando-a no seu escopo e impedindo diferenciações significativas. Assim, as relações verticais, estabelecidas com base na terra, não tiveram os efeitos de desarticulação social que se poderia esperar. Eram contrabalançadas por relações horizontais, embora não de carácter associativo permanente, como é o caso do *djunta mom*, por relações de convivência e vizinhança, que naturalmente surgem em pequenas comunidades; e, ainda, pelo sentido do destino comum, relembrado com particular ênfase nos anos terríveis de seca.

O poder colonial, em grande medida, deixava a sociedade cabo-verdiana condenada à sua sorte e sujeita aos cruéis mecanismos de regulação malthusianos. Após a Conferência de Berlim, que iniciou a época moderna das colónias, esse poder tornou-se mais intervencionista para se assegurar da inviolabilidade das suas possessões, acabando por atingir o auge de protagonismo no Estado Novo de Salazar.

O regime de Salazar — embora mais visível em as suas instituições e, a partir dos anos cinquenta, também com os trabalhos do Apoio, organizados para mini-

O impasse social e político existente em Cabo Verde rompeu-se com a Revolução de Abril de 1974 em Portugal que derubou o regime de Salazar/Caetano, já imensamente desgastado pelas guerras coloniais em África, particularmente na Guiné. Sem os entraves políticos, a sociedade cabo-verdiana engajou-se na sua primeira experiência de participação política massiva

mizar os efeitos dos anos de seca — no geral não modificou a relação entre a sociedade e as instituições públicas. Teve, porém, efeitos profundos, nomeadamente: a sua necessidade de presença em todos os pontos do território criou uma procura de funcionários públicos que, por sua vez, motivou um crescimento da escolaridade e abriu uma avenida de mobilidade social; a criação de trabalhos públicos de alta intensidade de mão de obra, embora limitados e sazonais, introduziu elementos de subversão da ordem social nas zonas rurais. Quando, porém, tentou intervir na base da estruturação social — o regime de propriedade de terras —, designadamente, pela Lei de 1967, o fracasso foi completo face à resistência globalmente oferecida pela sociedade.

A nova avenida de diferenciação e mobilidade social aberta com a urbanização em S. Vicente da sociedade cabo-verdiana revelou-se rica em vários domínios, especialmente sociais e culturais mas deparava-se com os constrangimentos impostos pela natureza do poder instituído, estrangeiro e avesso a qualquer tipo de participação política ou de activismo social por cabo-verdianos. A inexistência de uma interface dinâmica entre a sociedade e o Estado impossibilitava a mobilização da energia social e o seu direccionamento em tarefas colectivas de resolução dos problemas do arquipélago e na perspectivação do futuro.

As fomes dizimavam milhares de pessoas, perdiam-se mercados de exportação, muitos emigravam e o Porto Grande entrava em declínio sem que a sociedade pudessem demonstrar a sua consagração nem, muito menos, agir para evitar isso. Negava-se à sociedade cabo-verdiana a possibilidade de se afirmar como uma comunidade política e dissuadia-se quaisquer tipos de organizações pré-políticas que tivessem vocação de envolvi-

mento de todas ilhas.

As comunidades espalhadas pelas ilhas eram limitadas em termos de desenvolvimento cívico por três factores:

— politicamente era visto com desconfiança qualquer activismo permanente dos seus membros, mesmo que limitado em termos de objectivos;

— socialmente, as relações existentes, baseadas na terra, fundamentalmente de carácter vertical, constituíam um entrave à criação de organizações horizontais, em que os membros das comunidades se associassem para a resolução de problemas colectivos;

— economicamente, o arquipélago não tinha orientação. As elites criadas por pequenos surtos de prosperidade, resultantes de relações efémeras que estabeleciam com a economia mundial, e potencialmente capazes de algum protagonismo rapidamente eram forçadas a emigrar ou a desaparecer quando essas relações entravam em declínio. Em consequência, o que poderia ser uma classe média economicamente enquadrada, sobrava perante as incertezas do futuro económico do arquipélago e só o emprego público conseguia manter uma elite educada mas, obviamente, impedida de qualquer activismo social.

Naturalmente que tensões várias entre a sociedade e o poder colonial se estabeleceram, muitas vezes orientadas para situações pontuais como o caso do Liceu de S. Vicente, a construção do cais acostável nessa ilha e as fomes nas décadas de trinta e de quarenta. Ideias de um diferente estatuto no império português — a questão da adjudicação — ou de carácter independente ressurgiam, de tempos em tempos entre elementos da elite urbana e rural do país. Nas décadas de cinquenta e sessenta muitos se sentiram atraídos pelos exemplos das lutas anti-coloniais em África e noutras continentes, levando alguns a associarem-se ao PAIGC, funda-

do por Amílcar Cabral, que, nas matas da Guiné, clamava pela independência de Cabo Verde.

O impasse social e político existente em Cabo Verde rompeu-se com a Revolução de Abril de 1974 em Portugal que derubou o regime de Salazar/Caetano, já imensamente desgastado pelas guerras coloniais em África, particularmente na Guiné. Sem os entraves políticos, a sociedade cabo-verdiana engajou-se na sua primeira experiência de participação política massiva. O processo da sua afirmação como comunidade política incitava-se, envolvendo os mais diferentes estratos sociais nos meios rurais e nos meios urbanos e individuais de todas as faixas etárias. Um movimento, portanto, profundo e abrangente que, inevitavelmente, ao trazer para o plano do político os valores, princípios e costumes específicos da sociedade, estaria em posição de forjar instituições que reflectissem a cultura e os anseios nacionais e de desenvolver os processos e procedimentos para prossecução dos objectivos comuns.

A mediação política exercida pelo PAIGC ao longo de todo o processo, e particularmente a partir de Dezembro de 1974, quando se instituiu efectivamente na única força política no país, constitui uma interferência de monta na génese de instituições políticas próprias. O PAIGC, como uma organização militar-política, nascida nas matas da Guiné Bissau, e que crescer com acesso num ambiente sócio-cultural absolutamente distinto do de Cabo Verde, era uma instituição estranha com que a sociedade cabo-verdiana estabelecia contacto, já em fase avançada de maturidade organizacional.

A presença de um pequeno número de cabo-verdianos (menos de 1% dos militantes) no seu seio, mesmo que em posições cívicas na organização, e de alguns militantes em células em Portugal e em Cabo Verde não poderia, face às circun-

stâncias da sua missão e da sua envolvimento sociológica, constituir uma diferença significativa. Numa entrevista ao semanário "Expresso", Aristides Pereira, ex-secretário-geral do PAIGC, reconhece que "Houve uma folha nos nossos conhecimentos sobre a história e sobretudo sobre o homem cabo-verdiano, sobre a sua identidade e as suas aspirações (e que) (...) sofremos o que se poderá designar de uma reafirmação dos espíritos".

A primeira instituição de que o país se via dotado, no momento da sua emergência como comunidade político-nacional, tinha sido, portanto, modelada num ambiente completamente estranho. As instituições que criou posteriormente, designadamente as do Estado, submeçiam-se à filosofia sócio-política e económica que encarnava e ao modelo de organização que subcrevia. Esta filosofia tinha duas componentes: 1 — a utopia marxista e a ideologia dos movimentos de libertação africanos; 2 — o centralismo democrático leninista como princípio organizativo das instituições.

Com a independência nacional, Cabo Verde substituiu as instituições políticas do poder colonial por outras dirigidas por cabo-verdianos mas, igualmente, submetidas a uma lógica e propósitos totalmente estranhos aos valores, princípios e anseios da globalidade da sociedade cabo-verdiana, embora com justificações ideológicas difíceis. A participação política da sociedade, que tinha acompanhado a emergência da comunidade política foi privada de qualquer autonomia e canalizada para instituições especialmente criadas para enquadrar. As mesmas instituições, posteriormente, procuraram aprofundar e alargar esta perspectiva totalitária de participação a todas as esferas da vida social.

O aparecimento do fenómeno de participação política massiva na sociedade cabo-verdiana e a sua confinamento quase que imediata a estruturas consideradas politicamente correctas, trouxe ao de cima conflitos e tensões sociais e contribuiu para a fragilização do tecido social e dos indivíduos em particular.

- 1) Samuel Huntington, *Political Order in Changing Societies*, pg. 10
- 2) António Carmo, *Cabo Verde — Formação e situação de uma Sociedade Emergente* (1460-1878), pg. 378
- 3) Roberto Lopes, *O Distrito Criminal em Cabo Verde*, pgs. 42 e 43
- 4) Cláudio Fernando, *A Transformação das Estruturas Agrárias numa Sociedade em Mudança — Santiago, Cabo Verde*
- 5) Aristides Pereira, Entrevista ao "Expresso", 20 de Novembro de 1983

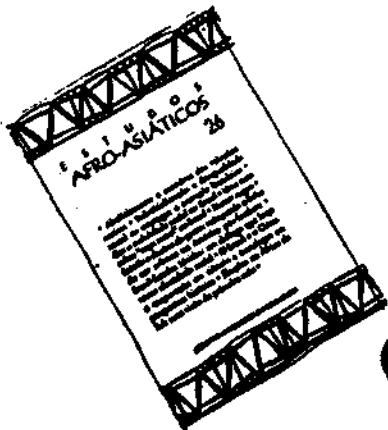
NOITE AFRICANA

músicas angolana e cabo-verdiana, reggae, pagode, samba, salsa, merengue e muito mais

DIA 15 DE ABRIL, ÀS 23 HORAS

Discoteca Zoom

Rua Rodolfo Dantas, 102, Copacabana



ASSINE JA

LIGUE 531-2000 RAMAL 259.

Notícias Africanas

A SOCIEDADE E O PODER EM CABO VERDE (II)

NOVO JORNAL, 14.3.95

Humberto Cardoso

No período colonial, o Poder era remoto e estrangeiro. O país extremamente frágil economicamente e sujeito a crises periódicas, muitas vezes devastadoras, vivia quase que permanentemente no limiar da sobrevivência. Os cabo-verdeanos, com tais condicionalismos de existência, encontraram formas de estar e de viver em sociedade que minoravam os custos de uma sobrevivência precária e diminuíam as incertezas do futuro. Desenvolveram vários modelos de solidariedade social e de entre-ajuda e inculcaram nos filhos um sentimento forte de apego à família e à terra; nos meios rurais, forjaram relações complexas com os proprietários que, para a sua perenidade e sustentabilidade, incluíam não só as relações específicas de exploração da terra como também relações familiares ou quasi-familiares.

O equilíbrio social buscava-se, portanto, em processos de construção e renovação de confiança mútua entre os indivíduos, no respeito pelo princípio de reciprocidade e na consciência de que as incertezas do futuro só poderiam ser enfrentadas colectivamente. Diferença, naturalmente, de ilha para ilha, consoante as especificidades próprias, nomeadamente, históricas, económicas, grau de urbanização e regime de propriedade de terra. Mas, revelava-se proclínio onde subsistiam as formas primárias de exploração das terras, cedendo lugar a espaços para desconfiança entre as pessoas e fomentando o aparecimento de fenómenos socialmente divisivos como clientelismos, clientelismos e patronagens.

Participação massiva no poder

As relações sociais nas comunidades espalhadas pelas ilhas, fossem elas mais ou menos horizontais e solidárias, ou mais ou menos verticais e hierarquizadas, não eram grandemente afectadas pelas instituições do poder colonial que, em qualquer dos casos, se mantinha a uma certa distância. Os indivíduos e os grupos sociais, pela própria lógica do poder reinante, não tinham acesso directo aos mecanismos e processos de decisão dessas instituições e, por isso, não as podiam usar para proveito próprio ou para se injerirem em relação aos outros.

O início de uma participação política massiva da sociedade, nos meses que antecederam a independência nacional, modificou tudo. A liberdade conquistada derrubou os obstáculos que, até então, inibiam os indivíduos e os grupos sociais de perseguirem os seus interesses para além do espaço social e econó-

mico. Mas, o monopólio da direcção política do país, cedo alcançado pelo PAIGC, com a sua orientação totalitária e de profunda desconfiança em relação aos interesses privados e às elites que os representavam, revelou-se um poderoso travão a tais pressões. Não eliminou, porém, a tensão de utilização do mundo político e das instituições para benefício próprio.

A aparente contradição, que a nova situação criava entre a oportunidade de manifestação de interesses e a ideologia dominante de exclusão dos mesmos, foi resolvida pela destruição, neutralização ou confinação, conforme os casos, das elites nacionais, tanto nos meios rurais como nos meios urbanos. O partido único, esse, reservava a si mesmo os mecanismos próprios de manifestação de ambições individuais.

A politização da sociedade, segundo os cânones do marxismo-leninismo e da ideologia das lutas de libertação africanas, tinha induzido referências sociais de confronto e divisão, nomeadamente:

- a luta de classes que ignorava parcerias/tendências aos proprietários, e as massas trabalhadoras ou patronais;

- a aliança "natural" das classes nacionais, proprietárias de terra e burguesia comercial, com forças do colonialismo português e do imperialis-

mo poder em todo o território. A prisão e o exílio de muitos a partir de Dezembro de 1974 eliminou as forças tentativas de uma perspectivização do futuro político diferente do dessa força política.

O processo de desarticulação social acelerou-se após a independência quando o novo Governo aprofundou as políticas seguidas pelo Estado Novo de Salazar: a centralização do poder estatal, e a abertura de frentes de trabalho para minorar os efeitos devastadores das secas.

O crescimento acelerado do aparelho do Estado teve, entre outras, as seguintes consequências:

- criou uma enorme procura de colocações no funcionalismo, inocentando, assim, as tensões verificadas durante o regime colonial, de utilização dos serviços públicos como via de ascensão social;
- confinou os que detinham alguma formação académica à proximidade controladora do Estado, subtraindo-os completamente a um activismo social ou político autónomo;
- provocou um fluxo migratório poderoso em direcção à capital proveniente de todas as ilhas e do interior da ilha de Santiago;
- forçou a integração política nacional de todas as comunidades espalhadas pelas ilhas, pela via de uma dependência extrema em relação aos centros de decisão;

A aparente contradição, que a nova situação criava entre a oportunidade de manifestação de interesses e a ideologia dominante de exclusão dos mesmos, foi resolvida pela destruição, neutralização ou confinação, conforme os casos, das elites nacionais, tanto nos meios rurais como nos meios urbanos. O partido único, esse, reservava a si mesmo os mecanismos próprios de manifestação de ambições individuais.

mo internacional.

Com estas referências, a participação política da sociedade, rapidamente, se enveredou por um caminho que não podia deixar de resultar na quebra dos equilíbrios sociais, até então existentes. Uma verdadeira revolução tinha lugar.

As residências colocadas por elementos das elites económicas e intelectuais do país foram completamente varridas nos meses que se seguiram à Revolução de Abril. Valores e tradições sobreviviam sob o impacto da nova ideologia, à medida que as organizações do PAIGC se afirmavam co-

recursos humanos ao capital e sua confinação em espaços pouco propícios a activismo social ou intelectual, resultando num empobrecimento global do país e num processo massivo de desenvolvimento dos indivíduos;

As FAIMO e a estrutura social rural

A organização compreensiva dos trabalhos públicos chamados de frentes de alta intensidade de mão-de-obra (FAIMO), se respondia a um objectivo sobre, de não deixara grande parte da população rural à fome nos tempos de seca, também correspondia a uma política específica de desarticulação das relações sociais no campo que, até então, tinham vigorado no país. A persistência desses trabalhos públicos para além dos primeiros anos após a independência, que se pode considerar anos de emergência, e, ainda, o seu posterior alargamento, denota uma estratégia de poder e de desenvolvimento que encontra a sua justificação plena no modelo autárquico adoptado.

Os trabalhos das FAIMO tiveram efeitos altamente comprometedores de toda a estrutura social rural, designadamente os seguintes:

- engajaram um número crescente de pessoas em actividades com retornos pouco perceptíveis, a curto e médio prazo;
- levaram a uma baixa inexorável da produtividade, pelo carácter de permanência que adquiriram, quando se fechou outras potenciais saídas para a absorção do excedente de mão-de-obra do país;
- dissuadiram a diferenciação profissional dos trabalhadores que, outora, deenhavam várias profissões como forma de conseguirem um rendimento adequado;
- deformaram o mercado de trabalho nos meios rurais pela introdução de facto de um rendimento mínimo - o salário nas frentes - e pela monetarização de toda a relação proprietário/trabalhadores assalariados. Eliminou-se, assim, todo o conjunto de compensações extras que constituíam o cimento das relações sociais no campo, particularmente efectivas em tempos de dificuldades colectivas, levando a uma real proletarianização do trabalhador rural. Outros, sem nenhum incentivo de investimento foi feito para dinamizar a produção agrícola. Pelo contrário;
- constituíram uma arma extraordinária contra as elites rurais, quando se tornaram quase compulsivo, porque o risco de o trabalhador ser cortado da folha em caso de ausências de um ou mais dias, desastrosamente completava de procurar emprego

nos privados e, mesmo, de ter uma economia doméstica. Um círculo vicioso tendia a estabelecer-se: O Estado organizava as FAIMO porque não havia trabalho para a população rural; os trabalhadores eram dissuadidos de procurar emprego junto aos privados pelas regras que governavam as FAIMO; não havia investimento porque a mão-de-obra era escassa e cara; o Estado era obrigado a absorver um número crescente de trabalhadores.

O que se seguiu à independência foi a aceleração rápida do processo de desarticulação da sociedade tradicional que iniciara décadas anteriores sob o efeito conjunto da emigração, da urbanização, do crescimento do aparelho administrativo salazarista e da organização dos trabalhos públicos do APOFO. O acesso à ajuda externa e outras fontes de financiamento, que acompanhou a ascensão à independência nacional, e as políticas de centralização e de desenvolvimento autárquico adoptadas pelo PAIGC constituíram o motor de toda transformação rápida de valores, costumes e formas de estar e de relacionar, que a sociedade, fragilizada por séculos, não tinha como responder com a necessária rapidez.

A tentativa da liderança do país de inculcar novos valores, consubstanciada no projecto de criação do homem novo, falhou por completo, deixando um vazio que o cinismo e o individualismo perverso se apressaram por preencher. Os valores da elite dirigente eram valores de uma organização totalmente estranha à orgânica social do país, não obstante a existência no seu seio de alguns cabo-verdeanos em lugares proeminentes de direcção. Outros, a necessidade que manifestava, de desarticular a estrutura social como requisito para a sua implantação, retirou-lhe qualquer hipótese de uma ligação íntima com a sociedade, mantendo-se, portanto, como um autárquico corpo estranho, que se reclamava de uma falaciosa legitimidade.

A dependência do Partido e do Estado

O poder e as suas instituições tinham, em tal contexto, a missão de, primeiro, conservar e consolidar a liderança do grupo de cabo-verdeanos vindos da Guiné e, segundo, proceder à preparação do terreno para um controlo completo da sociedade. Para isso, tinham que centralizar, tinham que se transformar no maior empregador e tinham que eliminar ou confinar actividades económicas autónomas. Nessa lógica, também, era preciso manter os emigrantes e os investidores estrangeiros, fontes de potenciais rendimentos independentes, convenientemente afastados. Por

Continua na pág. 5

SINE ASSINE ASSINE ASSIN
SINE ASSINE ASSINE ASSIN
SINE ASSINE ASSINE ASSIN
SINE ASSINE ASSINE ASSIN



ASSINE ASSINE
SINE ASSINE
E ASSINE
ASSINE
SINE
E

Continuação da pág. anterior

A SOCIEDADE E O PODER EM CABO VERDE (II)

nesso lado, tinham que se esforçar por canalizar a participação política da população para estruturas espacialmente criadas e controladas para o efeito.

Isto significava o estabelecimento de relações verticais, altamente hierarquizadas, às quais os indivíduos muito dificilmente conseguiam escapar. Também significava que relações horizontais de carácter associativo e cívico eram desvalorizadas ou devidamente absorvidas pelas estruturas do poder. Avenidas, bem demarcadas, de mobilidade social foram estabelecidas para cujo acesso eram requisitos indispensáveis a lealdade e a fidelidade aos dirigentes. A heterogeneidade marcante, em termos de personalidade, da liderança e as lutas pelo poder no seio do grupo levou, entretanto, à emergência de clientelismos pessoais à volta das figuras rivais mais proeminentes.

As instituições que se implantaram após a independência eram, portanto, inatingíveis e inotensíveis à dinâmica social, mas completamente abertas aos desejos clientelísticos da nova e única elite do país. Os laços tradicionais de solidariedade e de entre-ajuda e a consciência da necessidade de acções colectivas, para enfrentar o futuro, progressivamente desvaneceram-se, cedendo lugar a relações de cada vez maior dependência do Partido, do Estado e das suas instituições. O indivíduo, sem o amparo social e comunitário e à mercê do empregador principal - o Estado - era compelido a utilizar os canais disponibilizados pelo Partido e as suas organizações, para se manter e para ascender socialmente. O esforço e o mérito pessoais de pouco relevância se mostravam perante os novos critérios de selecção.

A militância e o poder político

O sentido de procura do bem comum e do interesse geral da colectividade não chegou, efectivamente, a evoluir para a noção do interesse público, representado e defendido formalmente pelas instituições nacionais. A "militância" foi introduzido como a razão moral para o engajamento das pessoas em qualquer actividade com implicações públicas e comunitárias. Quando, porém, a participação política deixou de oferecer o estímulo e a satisfação que se pode retirar do envolvimento em acontecimentos monumentais, a militância cedeu lugar a um progressivo cinismo, com os indivíduos a competirem entre si por migalhas do regime.

Em tal contexto, as instituições, no essencial da sua acção, não defendiam interesses públicos e, muito menos, tinham o que alguns autores chamam de dimensão moral, ou seja, a moralidade que implica confiança e previsibilidade na realização dos in-

O sentido de procura do bem comum e do interesse geral da colectividade não chegou, efectivamente, a evoluir para a noção do interesse público, representado e defendido formalmente pelas instituições nacionais. A "militância" foi introduzido como a razão moral para o engajamento das pessoas em qualquer actividade com implicações públicas e comunitárias. Quando, porém, a participação política deixou de oferecer o estímulo e a satisfação que se pode retirar do envolvimento em acontecimentos monumentais, a militância cedeu lugar a um progressivo cinismo, com os indivíduos a competirem entre si por migalhas do regime.

teresses comuns. O clientelismo, o subjectivismo e a arbitrariedade passaram a ser norma e as relações sociais tornaram-se cada vez mais verticais e hierarquizadas, com surtos de violência para confinar os comportamentos politicamente incorrectos.

Uma outra consequência foi a refracção do actividades de carácter social, cultural e intelectual, a degradação dos hábitos cívicos e de convivência e a confinamento progressivo do indivíduo à defesa e procura de satisfação dos interesses e necessidades da sua família nuclear. Exceptuando as desportivas, as associações quase que desapareceram ou - como é o caso das cooperativas - foram desvirtuadas por interesses de ordem partidária. A elevação do nível de escolaridade não teve o retorno esperado no desenvolvimento de uma capacidade nacional de pensar e conceber, mas aumentou a oferta dos indivíduos que podiam ser cooptados pelo sistema, na sua linha de sublevar e reproduzir-se. Enquanto factor de ascensão social no contexto descrito, a educação servia como mais um elemento de desorientamento das pessoas, orientando-as, muitas vezes, em conflito com as suas próprias origens e alimentando ambições desmedidas e inatingíveis. Na prática, fabricando criaturas frustradas e cínicas e sem referências fundamentais.

O Poder político fundamentava-se, essencialmente, no seguinte:

- a legitimidade advinha do protagonismo de uma organização política num acto histórico perfeitamente datado - a luta anti-colonial - considerado crucial para o país;
- a soberania era reconhecida como sendo popular para logo ser entregue à tutela de força dirigente da sociedade e do Estado que a exercia no interesse das massas populares;
- a força dirigente era tida como anterior ao Estado ao qual deu origem

e orienta, passando, mesmo, durante cinco anos, do estatuto de instituição supranacional;

A estrutura adoptada do poder político traduzia a íntima relação que o Partido devia ter com o Estado, detendo o controlo completo das suas actividades. Assim,

• A Assembleia Nacional Popular, constituída por deputados eleitos a partir de uma lista única, era tida como órgão supremo do poder do Estado. Formado na sua esmagadora maioria por militantes do partido, entre os quais, os principais dirigentes, cívica de entre os seus membros o Presidente da República e o Primeiro Ministro. Os exercícios de participação política à volta das listas únicas a aproximar as eleições, ritualmente desenvolvidos pelo Partido, acabaram por introduzir alguns deputados independentes na última legislatura que, sem fazer desviar demasiado a voz monocórdica da ANP, imprimiu-lhe, contudo, uma certa dinamicidade. Algum protagonismo desse órgão do poder do Estado, não obstante o seu papel de facto subordinado ao sistema, resultava, ainda, da personalidade do seu presidente e da posição destacada deste na liderança partidária. A ANP seria modelada de acordo com as necessidades de afirmação desse alto dirigente, o único de entre os seus pares a ser afastado dos órgãos executivos.

• O Presidente da República era o secretário-geral do Partido, com poderes reais de governação: presidia a todos os Conselhos de Ministros e detinha uma tutela especial sobre os Negócios Estrangeiros e a Segurança do Estado. Embora constitucionalmente subordinado à ANP, o PR, pela sua postura e acção, no país e no estrangeiro, representava a total supremacia do executivo sobre os demais órgãos do Estado, que o regime

de partido único naturalmente pressu-pôs: isso concorreu para que a Presidência da República desenvolvesse uma cultura institucional muito própria (modelada sobre práticas paternalistas, intervencionistas e personalistas de condução dos negócios do Estado, semelhantes às que se verificavam em certos Estados africanos, com idênticos sistemas políticos) que se reflectia, particularmente, nas relações institucionais e com a sociedade.

• O Governo, presidido pelo segundo homem na hierarquia do Partido, era constituído pelos principais dirigentes deste, estando as postas mais importantes com os mais destacados de entre eles. A quase absoluta independência do núcleo dirigente em relação aos restantes militantes e ao próprio funcionamento da organização, em virtude da sua condição de únicos portadores da legitimidade histórica, tornava-os virtualmente imovíveis das suas posições no Governo. Essa condição libertava-os para o jogo de poder no seio do grupo e para uma utilização personalizada das instituições sobre a sua tutela directa. Daí uma espécie de equivoqueira do Governo, que se traduzia, designadamente, nas dificuldades de comunicação interministerial, na ausência de coordenação governativa e em perturbações graves no processo de decisão.

A partidização de instituições

• Os Órgãos Judiciais, vixas como órgãos menores, sofriram a pressão das tentativas da sua partidização, sendo a Procuradoria da República a mais sensível ao assédio da polícia e, particularmente, da polícia política. As intromissões do poder político e o pouco prestígio associado ao exercício dessas funções criaram grande instabilidade no quadro dos magistrados e constituíram factores de tensão entre estes e os advogados do foro, como é patente nas cartas abertas publicadas no jornal "Voz do Povo" de 1/10/88 e 19/10/88. Outrossim, a situação desses órgãos não contribuiu para que o país acumulasse conhecimentos jurídicos de monta e se constituísse uma jurisprudence própria, que servisse de orientação ao país no seu caminho em direcção à modernidade.

• A Administração Pública foi completamente partidizada. Exigiu-se a todos os funcionários juramentos de lealdade ao Partido e as carreiras estavam condicionadas, em grande medida, a demonstrações de lealdade partidária e também de fidelidade pessoal ao ministro do departamento do Estado em que estavam enquadrados. A extrema centralização do país fazia depender das determinações do Estado decisões das mais corriqueiras das mais importantes, provocando estrangulamentos terríveis. Igualmente, a excessiva politização dos assuntos de serviço, como aliás de tudo no país, intimidava as estruturas intermédias e fazia-as remeter para as instâncias superiores decisões sobre todos os assuntos, mesmo aqueles que

se mostravam remotamente controversos. A falta de comunicação interministerial e interministerial era agravada com a tentação generalizada de partem o seu quintal, não passando informações sem coordenando com os outros, sempre na tentativa de não dividirem do que ia sendo realizado.

Existia, portanto, uma verdadeira unicidade do poder político, situando o executivo bi-fásico do presidente da República e do Primeiro Ministro no centro da conexão dos órgãos do poder do Estado. Os cabo-verdianos, desprovidos de importantes direitos civis e de todos os direitos políticos, apercebiam-se do que se passava, através de uma mistura de comunicação institucional e de acções de agitação e propaganda, conduzida pelos órgãos de comunicação do Estado e pelas organizações do Partido. Entretanto, à medida que crescia o aparelho do Estado, crescia o sector público da economia e se alargavam as fronteiras de alta inatividade do trabalho (FAIMO), a sociedade era paulatinamente desarticulada e fidei dependente.

Porém, a incapacidade do regime em cobrir completamente o país com o seu mano partidário iria revelar-se, claramente, na segunda metade da década de oitenta. As fontes abertas por sectores permanentes a nível social, económico e político acabariam por fazer o regime entrar numa crise que, não obstante as tentativas feitas em a contornar (III Congresso do PAICV e "abertura política de 1990"), conduziria à derrocada completa.

Após eleições livres e pluripartidas de 13 de Janeiro de 1991 iniciaram-se as tentativas de criação de instituições democráticas. O crescimento súbito da participação política da sociedade cabo-verdiana, que se operou no ano de 1990, abriu, a exemplo do que aconteceu em 1974, uma outra oportunidade para a edificação de instituições políticas que reflectissem os valores e princípios da nação e que fossem instrumentos da sua afirmação e da realização de objectivos que a comunidade consensualmente se propusesse.

Não seria uma tarefa fácil, porque, à partida, não só estava viciada pelas tentativas de elite em se manter influente e opulenta aos seus privilégios, mas também porque a reserva moral e cívica da sociedade tinha sido delapidada por anos de um processo de atomização social, que ameaçava de erradicar qualquer sentido de pertença à comunidade e, por consequente, da necessidade de colocativamente se lançar na procura do bem comum. O individualismo perverso, produzido pelo regime, no acto de dissolução dos laços sociais tradicionais, iria traduzir-se num tremendo lezão de dificuldades no processo de institucionalização que se impunha. O clientelismo, como sistema de poder de indivíduos e grupos que se cristalizara nesse período, seria uma permanente tentação, particularmente quando o monopólio da elite dirigente do país tinha sido quebrado e a possibilidade de expressão de interesses se tornava uma realidade.

NR - *Intervistas da responsabilidade da Redacção.*



Notícias AFRO-ASIÁTICAS

ASSINE JÁ LIGUE 531-2000 RAMAL 259

Notícias Africanas

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL

12 x 16.12.1994

“DESENVOLVIMENTO DA LITERATURA NO CONTEXTO SÓCIO-CULTURAL”

NOVO JORNAL, 16.3.95

Estudioso da literatura cabo-verdiana, o professor catedrático alemão, Hans-Peter Heilmann, mais conhecido entre os amigos por Lonha, esteve recentemente em Cabo Verde onde deu uma palestra, no dia 6 de Março, na Praia, sobre a sua tese de doutoramento: “Desenvolvimento da Literatura no Contexto Sócio-Cultural”.

O NJC aproveitou a ocasião para falar com Lonha que fez algumas afirmações polémicas, como a que Praia é maior centro literário que S. Vicente, que se há ruptura na literatura cabo-verdiana actual, também há continuidade e que na Alemanha ninguém conhece a literatura de Cabo Verde, ao contrário da língua.

Text: Fernando Monteiro

Foto: José Maria Borges

Novo Jornal Cabo Verde — Acaba de fazer uma palestra na Escola de Formação de Professores do Ensino Secundário (EF-PS). Podia dizer aos nossos leitores o que nela abordou?

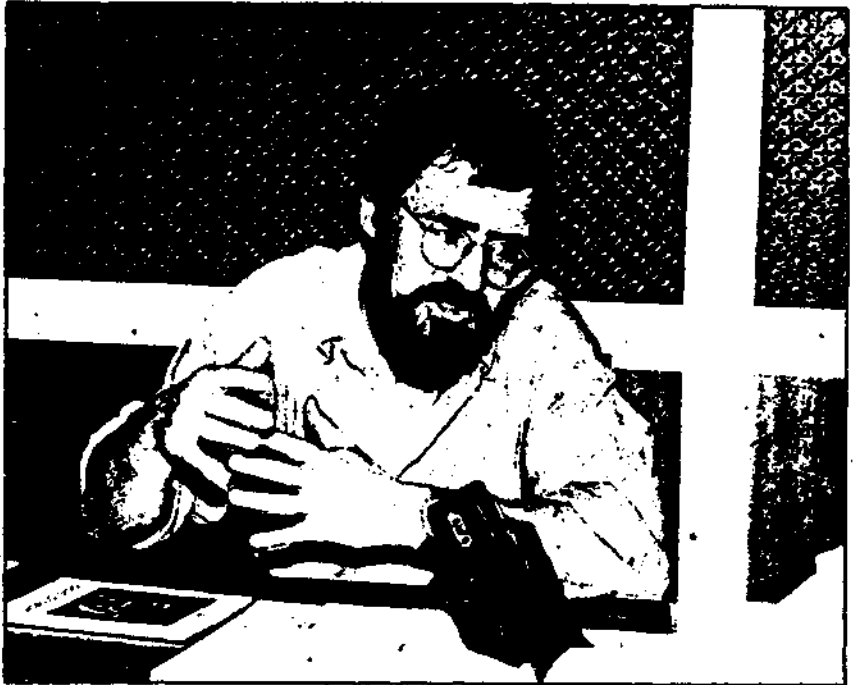
LONHA — A palestra destinava-se, em primeiro lugar, a apresentar a minha tese de doutoramento, defendida na Alemanha há pouco mais de três anos. Esta tese vem em consequência dos estudos meus aqui em Cabo Verde e também em Lisboa, para fazer um levantamento, até uma descrição da literatura cabo-verdiana no seu percurso num campo de tensão entre as três esferas culturais presentes, na minha opinião, em Cabo Verde: a cabo-

verde, acho que vale a pena continuar essa ideia de apressar as minhas ideias para que a coisa não se perca. Eu vou fazer os possíveis para a tese ser publicada em português, mas enquanto não acontecer isso, vou continuar os meus contactos.

NJC — Como é que se dava essa divulgação?

LONHA — Para já, pode ser mesmo através de jornal, mas estava a pensar mais em ensaios que tento publicar em revistas aqui em Cabo Verde, já fui convidado a continuar a colaborar e dar a conhecer as minhas ideias, pelo menos, pouco a pouco entrar no debate que se está a gerar em torno do processo literário cabo-verdiano, aqui no próprio país.

É uma das possibilidades. A segunda vai ser uma edição, em português, dessa tese, já com algumas al-



terísticas fonológicas, desta vez pegu-se na questão da África — se Cabo Verde era África, coisas assim que são óbvias, mas qual a relação com a África, qual a importância que isso tem? Isto no fim todos os actores disseram: “isto nem vale a pena discutir”. Mas foi interessante, quase três quartos do debate se centraram neste tema.

NJC — O que, em síntese, a sua tese contém?

LONHA — A tese não se destina a fazer um historial da literatura cabo-verdiana porque acho que há outras teses e outros livros que fazem isso. Mas sim a questão da tensão, da porção cultural, da tradição escrita em Cabo Verde. Portanto, parte da literatura oral que já existia e depois o impacto que teve o ensino, o ensino como produto da cultura portuguesa, que trouxe a aparição da escrita aqui para Cabo Verde e inventou-se a literatura escrita como sendo uma coisa que veio de Portugal.

Depois veio a caboverdianizar-se, depois são os contributos, e aí é que está a África numa fase que era não só da luta de libertação, quando se pegava muito neste assunto, mas também em fases anteriores em que a África esteve, mesmo que velada, presente. Depois a questão da língua no próprio discurso literário. Um discurso que já tende, a meu ver, a transitar de uma oralidade, isto já foi dito, eu não quero dizer, mas num espaço de inter-oralidade e a própria tradição escrita já tende a fixar uma própria tradição de uma escrita em crioulo. Essas são uma parte dessas ideias, quais são os vectores dessa evolução, no campo de tensão entre as esferas culturais e

no campo de tensão entre os dois pólos linguísticos — crioulo e português — e soluções intermédias como o português literário de Cabo Verde, que eu chamo assim, criado momentaneamente pelos claridosos.

E depois ainda falo num 2º capítulo, chama constante que eu vejo na literatura cabo-verdiana, que é uma inquietação, a questão do Açúcar e do Além, o Além não sendo, necessariamente, o Além da Evolução geográfica, que até é uma evasão emigratória — que é outra história —, mas uma tensão constante, presente praticamente em todos os textos da literatura cabo-verdiana, sejam eles de ficção, sejam eles de poesia. É como que uma constante e tem a ver obviamente com a condição de ilhas.

Abordo também o problema inter-ilhas, faço como que um levantamento do potencial literário verificado nas várias ilhas, em consequência da estrutura social que se destacou, de uma burguesia que começava paulatinamente a existir, que detinha ou não detinha conforme a evolução das ilhas. Também entro nesta questão.

Depois a questão do convívio literário entre os vários grupos, o vaivém das revistas e a dinâmica e ritmo da publicação que se verifica, em princípio, desde os tempos extra “Clareza” até aos dias de hoje.

NJC — E relativamente a esse tema de convívio e ligação inter-ilhas, a que conclusões chegou?

LONHA — Neste momento, é muito pouco — eu digo isto, se calhar até me pode ficar mal —, mas o tempo foi tão pouco que não consegui ir a S. Vicente. Isto não é nenhuma negligência, pelo menos não quero que seja visto assim.

Faltava-me apreciar a situação não só em S. Vicente como nas outras ilhas. Mas, de qualquer das maneiras, eu acho que continua a haver vários pólos de criação literária e o facto de ser na ilha de Santiago e, talvez, na própria Praia como que um centro, neste momento, ou detém quantitativamente a maior parte das edições, tem a ver com a importância real que a capital do país tem acumulado com a instalação de um governo depois da independência e tudo assim. Não vejo



“Desta vez pegou-se na questão da África — se Cabo Verde era África, coisas assim que são óbvias, mas qual a relação com a África, qual a importância que isso tem?”

verdiana, a africana e a portuguesa.

Agora, na falta de possibilidade, neste momento, de publicar essa tese em português, de torná-la acessível ao público cabo-verdiano e ao público dos outros países de língua portuguesa interessados, resolvi apresentá-la por via oral, numa palestra que precisamente se realizou ontem (6 de Março). A ideia era gerar um debate e, para além de dar a conhecer o conteúdo da tese, as ideias gerais, também, para mim, tirar algumas conclusões do certo e do não-certo que podem estar nas minhas teses e de saber qual a opinião dos próprios escritores cabo-verdianos e de outro público interessado.

Agora, como a palestra não teve assim uma audiência que possamos dizer bastante grande, por várias

razões que correspondam ao desenvolvimento que tem havido desde então. De modo que eu pretendo o mais breve possível vir para Cabo Verde com o livro em português, que as pessoas possam ler.

NJC — Como foram aceites as teses da sua tese?

LONHA — Bem, como sou a própria pessoa visada, ficava-me mal também assim... Não sei. Se calhar até foram bem, porque suscitaram um debate bastante interessante. Eu acho que, de um modo geral, foi interessante as pessoas que estiveram presentes à apresentação da tese, mas o que eu verifico, é que, ao contrário de uma palestra que eu fiz na Praia, há sete anos atrás, quando o debate se centrou unicamente na questão do crioulo, na questão da escrita foné-



“Não vejo um afrouxamento em relação a S. Vicente, só vejo talvez uma maior aglutinação em volta daquilo que se faz na Praia”

LIGUE 531-2000 RAMAL 259

Notícias Africanas

Continuação da pág. anterior

“DESENVOLVIMENTO DA LITERATURA NO CONTEXTO SÓCIO-CULTURAL”

um afrouxamento em relação a S. Vicente, só vejo talvez uma maior aglutinação em volta daquilo que se faz na Praia. Mas não quero ferir susceptibilidades nem quero ser praiista, ou santiaguista, não tenho nada a ver com isto — só que fiquei com a impressão de se publicar mais coisas...

NJC — Que material recolheu aqui para a sua tese, trabalhou sobre toda a literatura ou apenas no sentido sincrónico?

LONHA — Não, no sentido diacrónico. Mas não falo propriamente da literatura oral dos séculos passados. Não rejeito esta parte como pertencendo ao património literário de Cabo Verde, até perto dessa literatura oral mas não a abordo em si. Começo, em termos cronológicos, a abordar o final do século XIX, portanto antes do Pedro Cardoso e do Eugénio Tavares, aquilo que foi publicado no “Almanaque Luso-Brasileiro”, por exemplo, nas várias revistas que houve em Cabo Verde e sigui até o fim dos anos 80, precisamente, 89. Porque, depois estive mesmo a recolher grande parte da tese na Alemanha e o material já estava todo recolhido.

Uma palavra sobre essas fontes, porque há dois tipos de fonte. Há parte do passado que encontrei ainda grande parte em Lisboa. Por exemplo, eu passei meses incisos na Sociedade de Geografia de Lisboa, onde se encontra muitíssimo material reunido, que urge para compreender, por exemplo, o impacto que o Ensino teve, a importância da estrutura social, todas essas coisas. Em Lisboa, a Biblioteca Nacional e essa Sociedade de Geografia tiveram uma importância bastante grande.

Agora, para ver “in loco” aqui mesmo em Cabo Verde a situação, eu estive aqui por várias vezes e aí dessas vezes não só na ilha de Santiago mas em demais ilhas. Sem essas visitas nunca podia ter contacto, realmente, com a realidade. Só podia ter dito coisas... um palpito e não o que se passa realmente.

Contactei durante meses com vários escritores e poetas deste país e também tentei ver o contexto cultural à volta, mantive contacto com gente normal do campo, fiz visitas ao campo para ver o que é o Cabo Verde real, quais as formas onde os poetas bebem.

NJC — Como acaba de dizer, estudou a literatura dos claridosos e a actual. A pergunta é esta: há uma continuidade entre aquilo que se fazia durante a “Claridade”, portanto, anos 38, 40... e aquilo que se faz hoje? Há continuidade ou há ruptura?

LONHA — Acho que existem as duas coisas. Porque a ruptura existe se encaramos o momento literário e o momento social na altura da “Claridade” e esse agora. Ruptura no sentido de já não se impor a

necessidade de comprovar, através de literatura, a existência de uma cultura cabo-verdiana. A ruptura consiste, a meu ver, na absorção da esfera cultural portuguesa, que existia como esfera dominante, embora não abrangente, pela própria cultura cabo-verdiana. Este processo, em parte, foi antecipado pela “Claridade”, mas impôs-se a um nível geral da sociedade. Aí, se quisermos, houve ruptura.

Não houve ruptura, acho eu, naquilo que diz respeito a uma cabo-verdianidade intrínseca, que não precisa de se comprovar de fora ou demarcando-se de outras culturas. Aí houve uma grande continuidade, e o que é também um factor de continuidade é essa inquietação que persiste, digo constantemente, na literatura cabo-verdiana.

NJC — Há nessa primeira fase, um maior nacionalismo e agora, talvez, uma maior abertura?

LONHA — Talvez uma maior abertura e uma maior consciência assumida de se tratar de uma literatura própria. Não é sempre o dever de mostrar que Cabo Verde tem uma literatura própria, mas já se pode passar daí para a abordagem de problemas, bem, que não sejam sempre problemas com alguns temas tradicionais: seca, emigração, etc. Porque aí já foi comprovado. Agora pode-se partir de um ponto certo, que é a prova que já foi dada, já se movimenta mais livremente.

Mais um ponto que eu acho interessante é que, em termos de ficção, houve um aumento significativo. Não quero dizer que a poesia não tenha mais espaço. Mas o que se tem feito em termos de textos de ficção, e não só textos breves mas textos até mesmo quase romances, ou contos ou narrativos, aí tem havido um aumento bastante grande.

NJC — Como é que a sua tese foi recebida?

LONHA — Na Alemanha?! Este é um capítulo não de todo a entusiasmar-me. Porque há poucos estudos sobre a literatura cabo-verdiana na Alemanha. Bom, posso ver sempre quando recebo a factura das vendas, que é bastante baixa, para além dos vinte exemplares que foram distribuídos pelas bibliotecas universitárias alemãs aí, obviamente, há um certo afecto a esta tese, vendi, mais ou menos, 40 exempla-

res. Alemanha tem 80 milhões de habitantes, tem mais de um milhão e meio de alunos do Ensino Superior. Isto que quer dizer? Não que as pessoas não gostem. Não estão assim muito sensibilizadas para este



dos no âmbito da literatura cabo-verdiana.

O que não acontece já no âmbito da questão do crioulo. Houve uma vaga de entusiasmo na Alemanha sobre o crioulo, mais os crioulos de base francesa sobretudo, mas também a de base portuguesa, já se tem feito estudos bastante importantes.

mesmo de 25 de Abril, foi assim um interesse linguístico, depois mais cultural, no sentido geral. Ia a Portugal, para assim dizer, parti para Cabo Verde.

Aí tomei o primeiro contacto até

“Não houve ruptura, acho eu, naquilo que diz respeito a uma cabo-verdianidade intrínseca, que não precisa de se comprovar de fora ou demarcando-se de outras culturas”

com a existência de Cabo Verde que achei interessante a partir das aulas de Manuel Ferreira, que eu conheci, depois resolvi conhecer isto melhor. E depois, por razões de comodidade, pelos amigos que tenho aqui e os amigos cabo-verdianos que eu tenho em Lisboa, é uma coisa que até me prende em termos emocionais.

Não deixei mesmo que me desaconselhassem a continuar por tantos anos a escrever sobre uma literatura que ninguém conhece —, pelo menos na Alemanha me dizem que não conhecem —, mas mesmo assim eu vou e tenho que continuar realmente nesse campo.

NJC — Não é a primeira tese que está a defender sobre a literatura cabo-verdiana?

LONHA — Não, não, é a segunda tese. A primeira foi uma espécie de tese de Mestrado, nós temos outras denominações. Não foi publicada mas foi escrita em português. Aí é ao contrário. Foi uma coisa apresentada também na Alemanha e fiz uns exemplares e

pequenos, para Portugal. O ICALP até tinha financiado a elaboração dessa tese e, milagrosamente — e eu digo, também felizmente —, apareceram umas fotocópias na Associação Cabo-verdiana, por exemplo, e acho que esta tese, se não teve muito impacto, teve algum impacto.

Depois, infelizmente, obrigaram-me a defender a tese de Doutoramento em Alentejo, e teve outro impacto.

NJC — E, por que não a traduziu?

LONHA — Isso tem a ver com

problemas entre as editoras. Houve uma proposta neste sentido feita pelo Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco. Agora, a editora na Alemanha insiste em encontrar um tradutor, que nunca mais encontra, não quero falar mal, mas está em águas de bacalhau, como se diz. Portanto, não foi para frente nem para trás. Como tem os direitos, infelizmente codi os direitos para a tradução portuguesa, não sabia muito bem o que fazia nessa altura, aqui muito ingenuamente, ficou assim. Ficou sem ser traduzida, por enquanto, mas acho que depois desta ida a Portugal vou ter já novos argumentos junto da editora na Alemanha para fazer, se calhar, até uma coedição com Cabo Verde. Com algumas alterações introduzidas que atendam ao tempo percorrido desde então.

NJC — Este tempo de que fala, desde a última estada até agora, não sei se teve tempo para contactos e leituras, mas o que acha, notou diferenças?

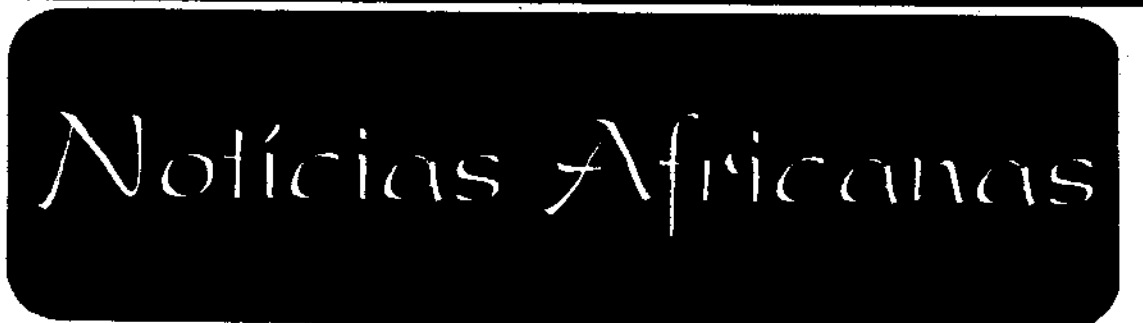
LONHA — Leituras, leituras, algumas tenho feito em Lisboa, que às vezes aparecem livros cabo-verdianos, tenho algum acesso. Mas devo dizer que ainda não fiz aqui as minhas leituras necessárias, encontrei vou com uma mala cheia daqui para Portugal, por enquanto.

Não podia sequer pensar que há uma certa modificação literária, temática, mas não sei muito bem dizer, como denominar, mas é como um saltar para fora do tradicional, sem deixar uma óptica cabo-verdiana.

Há também uma diferença que eu noto que há muito mais publicação a nível individual. Tende a haver mais livros dos próprios autores, do que havia quando se publicava muito mais em revistas. Não sei se vai ser uma tendência definitiva, que até pode ter a ver com o desenvolvimento geral, ou se é uma fase transitória.

Até a nível de revistas sempre tem havido em Cabo Verde fluxos e refluxos. E o facto de, neste momento, não haver tantas revistas como havia há sete anos atrás, é capaz de ser, mais uma vez, uma questão de geração: depois chega outra geração e já vai haver mais revistas.

Aí não cheguei a conclusões definitivas. Mas vou fazer inensas leituras agora e vou contactar também com mais amigos cabo-verdianos, mesmo saindo daqui agora vou passar mais três semanas em Lisboa onde tenho, por exemplo, Mito que vou aqui apresentar uma exposição de fotos, mas tenho mais contactos e vou analisando essas anos transcorridos desde então. É pena não poder estar mais tempo para estudar mais profundamente. Mas também acho que não vai ser a última vez que venho a Cabo Verde, esta é quarta vez e acho que quem vem quatro vezes já tem a quinta vez à vista.





vozes em português

Carlos Lopes*

Polícias Humanitários de Bissau



PÚBLICO, 20.3.95

Avenida Arnaldo Schultz em Bissau foi a primeira que adoptou o visual moderno dos anos 70. Os lampiões arcaicos do resto da cidade darão aqui lugar a estruturas longitudinais abastadas, parecidas com as das pequenas cidades americanas. Os passeios, mais largos, ornamentavam uma via com alcatrão de textura regular e com imponente marcação de faixas. Duas de cada lado, o que até então só existia na via que, muito convenientemente, ligava o Palácio do Governador ao mar.

Para a nova Avenida projectaram-se casas dignas das classes abastadas da capital de província, um quartel da polícia, a direcção da Polícia Internacional de Defesa do Estado, vários serviços provinciais, um bonito quartel para os Bombeiros, a sede da Cruz Vermelha local, e uma nova igreja, que se transformou numa obra de Santa Ingrida.

Os serviços camareiros apressaram-se a plantar árvores, e no espaço entre cruzamentos dois bonitos jardins foram acrescentados ao património urbano. Os jovens possuidores de motocicletas, muito na moda na época, achavam o prazer de acelerar sem alcatrão tão requintado, perto do Lium.

Claro que alguns achavam curioso que a PIDE se encontrasse tão perto dos Bombeiros e da Cruz Vermelha. Era dessas coincidências que ofereciam lugar a muitas metáforas. Mas a verdade é que se projectava uma igreja para se acalmar os espíritos. Dizia-se mesmo que esta seria mais imponente que a St. Catarina. E que provavelmente até substituiria a função daquele monumento histórico. Anos passados, a realidade é que a dita cuja igreja só conseguiu sair das estruturas depois do desaparecimento da PIDE, e, provavelmente, porque já não precisava de curar tantas almas, foi reduzida à dimensão de uma grande capela. Moderno-se os tempos... modernem-se as vestes.

Atingida a independência, a Avenida mudou de designação, para "Unidade Africana", tão perto Bissau pode ser visitada pelo Príncipe em exercício da organização continental. A melhor prova de reconhecimento de que se era independentes era oferecer nome tão honroso à mais nova das avenidas da cidade.

O quartel dos Bombeiros, de agora Avenida da Unidade Africana, era conhecido por todos por duas razões muito evidentes que se

desmora: aí tocava a sirene que astartava o meio-dia a todos os trabalhadores de cidade, como acontece com o sino da igreja ou o apelo do muazzin em outras partes do mundo; e era ali que se encontrava a única força de voluntários civis que a cidade não associava às autoridades do regime.

A maior parte dos voluntários eram pretos e por isso não faziam parte de outros círculos de âmbito caritativo.

Tudo isto mudou quando, depois da independência, os Bombeiros, de Voluntários, passaram a humanitários, para assinalar que agora recebiam salário. Para agravar ainda mais as mudanças, este novo corpo de Bombeiros passou a fazer parte do Ministério encarregue das forças de segurança. Estranho? Como não havia Bombeiros em mais nenhum ponto do país, os BHB transformaram-se numa força nacional, disse-se. Deu permissão a uma entidade também nacional. Não me perguntem como é que apagaram fogueira em Cabado ou Jugadul, quando se sabe que Bissau é uma ilha natural. Partiu ou até colada ao continente, certo, mas éla apesar de tudo, com uma única passagem para terra firme, perto de Namora.

Os BHB receberam uma grande pouca no seu relatório de actividades, publicado no jornal "No Fim" de Janeiro de 1982, que tinham apagado tantas fogueiras, outros quarenta serviços de socorro médico, etc. e tal. Impressionante não?

Mas tudo o que é bom acaba depressa e os Bombeiros Humanitários de Bissau foram vendo os seus carros estagnarem-se a pouco e pouco, para já não falar nas inúmeras ambulâncias que se estancaram, normalmente em prestação de serviços não tão humanitários. Isto até não seria grave se houvesse outras ambulâncias no país. Felizmente, os doadores, de vez em quando, doavam umas dezenas para os hospitais da capital e província. Infelizmente não duravam muito, porque também serviam, e quando apareciam novas ainda serviam, para todo o tipo de frotas, criando uma situação semelhante às ambulâncias BHB.

Quando finalmente já só lhes restava um carro, os BHB tentaram mudar um pouco o tipo de trabalho que podiam responder. Passaram a chamar aos locais para averiguar o incêndio e indicar à população o que fazer. Como normalmente o que se podia fazer se resumia a tentar lançar uns baldes de água para cima do fogo, isto criava situa-

ções caricatas. Os BHB a dar-lhes instruções óbvias mas a não fazerem nada que distraísse a sua atenção, como por exemplo carregar com baldes aos próprios. O que até, confesso-se, seria diminutivo para profissionais do incêndio que já haviam explicado ao ministro que a sua tarefa necessitava de equipamentos modernos. E insistiam que se devia pedir um projecto para que o corpo humanitário pudesse ter nove carros e até um barco.

E, para complicar ainda mais as coisas, os incêndios não se apagam a tempo, normalmente porque os baldes não chegavam. Que fazer?

Para angariar fundos, os BHB começaram a oferecer serviços especiais, como levar grandes extintores, archar tanques de água ou enviar um bombeiro para reuniões importantes, onde os organizadores gostam de mostrar imponente logística com a presença de agentes da autoridade bem fardados. Devesse a corporação se dar conta que estas actividades eram mais intrínsecas, e lucrativas. E apagar incêndios? Não há equipamento?

Recentemente, em Bissau, a chegada tardia dos BHB ao local de um incêndio importante provocou um tumulto. Apedrejados e arrastados pela população, os BHB ficaram magoados e publicaram um comunicado público nos meios de comunicação social. Não há direito... nem respeito.

Foi assim que os BHB, agora já sem o último sobrevivente motor a trabalhar, e com a moral em zero, decidiram fazer o que o resto do pessoal do Ministério já tinha identificado como o mais interessante a fazer: aplicar maldade, fazer um nome e trabalho digno da polícia. Afinal de contas, estão no mesmo Ministério. E se os outros arredondam o fim do mês com um salário suplementar, porque não os BHB?

BHB, disse? Em Bissau chamam-lhes de PHB, Polícias Humanitárias de Bissau.

Dado que o edifício que foi da Cruz Vermelha agora é a sede do Conselho Nacional de Eleições, seria de esperar que o vento democrático dos vizinhos entranchasse o vocabulário da polícia. Mas uma razão para os Bombeiros, ah! desculpem, os Polícias Voluntários de Bissau, se posicionarem na vanguarda da mudança. Para e bem da Unidade Africana. *

*último página

as sete partidas de mundo

ABRIL marca o regresso de Eduardo Paes ao palcos da música angolana. Paes termina esta semana a gravação de mais um álbum, o quinto, ainda sem título definitivo. O disco integra 14 temas originais, três deles em parceria com Filipe Zam, sócio cultural da Embaixada de Angola. Segundo Paes, este novo trabalho é "mais acústico, embora mantendo o estilo habitual, uma fusão de soul com o samba". Entre os temas que poderão mais facilmente agradar ao seu público, o músico angolano aponta um reggae — "Dama de Mim": "Não sou mais do que ninguém/ mas quero ir mais além/ Quero viver a vida de meu jeito/ e cantar o que me vai no peito." Músicos de várias nacionalidades (angolano, português, cabo-verdiano, um brasileiro e um dinamarquês) participam neste álbum, que deverá sair com a chancela de Veleiro. Paes, o mais popular músico angolano da geração do soul, nasceu na República do Congo, filho de exilados angolano, só tendo conhecido Angola após a independên-

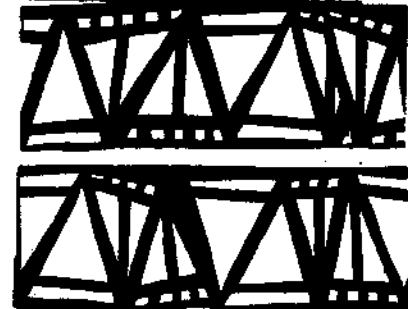
cia. Depois de um primeiro álbum lançado em Luanda, "Chão da Gente", fixou-se em Lisboa, onde já publicou três discos.

FILIFE Makanga é outro músico angolano que trocou Luanda por Lisboa e, nesta cidade, tem vindo a fazer carreira. Recentemente, lançou um novo disco, "Kianda Ki Andá", com o selo da Lusitânia, e editora franco-cabo-verdiana responsável pelo sucesso de Cesária Évora. O álbum foi recebido com algum interesse pela crítica francesa e o músico está agora em digressão por terras de França. Na passada semana, entre terça-feira e sábado, cantou no Estádio, abrindo o espectáculo de Cesária Évora. Em consequência da guerra, "os músicos angolanos venderam os seus instrumentos e tornaram-se alibóicos, desistiram ou partiram para o estrangeiro", diz o cantor em entrevista a Bonazini Daoudi, do "Libération", explicando assim a decadência da música angolana.

NO Brasil, a editora Revivendo continua apontada em recuperar as raízes da música popular brasileira. Na semana passada, foi lançado no Rio de

Janeiro mais um título desta editora, desta vez dedicado à obra completa (dividida por três CD) de José Barbosa da Silva — o Sinhô. Pianista, flautista, violinista e compositor, nasceu em 1908, Sinhô viu as suas canções serem interpretadas pelos maiores nomes da música popular do seu tempo, como Carmen Miranda e Mário Reis. Ao morrer tuberculoso, em 1930, era já considerado o rei do samba, ritmo que ajudou a impor a nível internacional.

UM Encontro de Povos e Culturas em Angola está previsto para Luanda, entre 3 e 8 de Abril. O encontro, que reunirá historiadores angolanos, portugueses, norte-americanos e brasileiros, conta com o apoio da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Serão discutidos temas como "Identidade e História em Angola no Século XIX", "África, Brasil e Portugal sob a Monarquia Absoluta", e "Configuração dos Núcleos Humanos de Luanda do Século XVII". • A.B.A.



Mais um português morto na África do Sul

PÚBLICO, 21.3.95

MAIS UM imigrante português radicado na África do Sul foi assassinado quinta-feira à noite, durante um assalto ao supermercado em que trabalhava, próximo de uma mina em Orkney, Klerksdorp, soube-se ontem.

Manuel Lucas de Jesus, natural de Achadas da Cruz, Madeira, de 25 anos, morreu depois de ter sido ferido a tiro, ao ser atropelado pelo carro dos assaltantes em fuga, que arrastou o corpo do jovem por mais de 300 metros.

O diário sul-africano "The Citizen", que relatou o incidente, refere que a morte de Manuel de Jesus foi testemunhada por sua mulher, Lina, de 19 anos. Francisco de Freitas, outro imigrante português co-proprietário do supermercado "Royal Reefs", onde trabalhava o jovem casal, apelou entretanto ao lançamento de medidas e legislação estritas para combate ao crime violento.

O gerente do estabelecimento, Raul Miranda — outro português radicado na África do

Sul — relatou que tinha acabado de fechar a loja juntamente com o casal Jesus, cerca das 20h45 locais, quando foram abordados pelos assaltantes.

Segundo um porta-voz da polícia citado (mas não identificado) pelo "The Citizen", quatro homens que se tinham feito passar por clientes levantaram-se das mesas onde tinham estado a comer no exterior da loja disparando sobre os jovens.

Apesar de ferido na boca, Miranda relatou que o seu amigo foi atingido no peito mas es-

taria ainda vivo quando os agressores se puseram em fuga.

Os assaltantes roubaram aos portugueses as carteiras, as armas que estes não chegaram a sacar e as chaves do carro do gerente da loja, à frente do qual tinha caído Manuel de Jesus depois de atingido a tiro.

Após terem tentado sem sucesso libertar-se do corpo do imigrante madeirense (que ficara preso sob o carro e foi por ele arrastado), os assaltantes acabaram por deixar a viatura e fugir a pé. ■

"Espoliado" de Moçambique contra o Estado

PÚBLICO, 21.3.95

ANTÓNIO AGUIAR, um dos cerca de três mil "espoliados" de Moçambique que depositaram as suas economias nos consulados de Maputo e da Beira entre os anos de 1975 e 1976, interpôs uma acção contra o Estado português, que hoje começa a ser julgada no Tribunal Cível de Lisboa. Curiosamente, o julgamento tem início numa altura em que o Estado se prepara para devolver, 20 anos depois, o dinheiro dos depósitos. Mesmo assim, António Aguiar — que em Fevereiro de 1976 entregou 2300 contos no consulado da Beira — não se conforma com a ideia de receber exactamente a mesma quantia, sem correções monetárias nem juros, e tenciona levar a acção até ao fim.

Este é o segundo processo

contra o Estado português colocado por um "espoliado" de Moçambique. Joaquim Azevedo foi o primeiro a interpor uma acção no Tribunal Cível de Lisboa, em 1992, mas perdeu-a depois de a defesa ter alegado que ele nem sequer tentara levantar o dinheiro em Moçambique.

A situação de António Aguiar, actualmente com 71 anos, é completamente diferente. Ele tentou por diversas vezes reaver o dinheiro em Moçambique, mas o Consulado apenas lhe devolveu 400 contos (em 1982), com o argumento de que o restante havia sido depositado num banco que estava em situação deficitária. Um antigo funcionário do consulado de Portugal na Beira é uma das testemunhas a apresentar por António Aguiar,

que, segundo as suas contas, tem direito a receber, no mínimo, quatro vezes o valor do depósito.

Nos finais de 1975 e princípios de 1976, cerca de três mil portugueses, na tentativa de salvaguardarem algumas das suas economias, depositaram nos consulados da Beira e de Maputo um total de um milhão e 600 mil contos em escudos moçambicanos. Os depósitos ficaram posteriormente sob o controlo do Banco de Moçambique, após a reestruturação bancária operada no país.

Quando já haviam perdido as esperanças de algum dia reaverem o dinheiro, os depositantes foram surpreendidos por um anúncio, mandado publicar no final do ano passado em vários jornais pelo Gabinete de Apoio

aos Espoliados (GAE), no qual o Governo anunciava que ia proceder à devolução dos depósitos.

Desde 1988 (ano da sua constituição) que a Associação de Espoliados de Moçambique (AEMO) tentava sensibilizar as autoridades para este problema. Em Novembro do ano passado, o Orçamento de Estado foi finalmente dotado com mais 1,5 milhões de contos para solucionar, de uma vez por todas, o problema.

O primeiro documento exigido pelo gabinete é, aliás, uma declaração do titular do depósito, ou de um seu representante, de que "nada mais reclamará do Estado português quanto a depósitos efectuados naqueles consulados". ■

Alexandra Campos

Pintor Eugénio Lemos assassinado

PÚBLICO, 21.3.95

O **PINTOR** moçambicano Eugénio Lemos foi morto a tiro nos arredores de Maputo, na sexta-feira à noite. O crime ocorreu em circunstâncias ainda por esclarecer e os assassinos continuam a monte, segundo anunciou uma fonte da Polícia de Investigação Criminal (PIC).

Ao longo de quatro décadas de actividade, Eugénio Lemos construiu uma extensa obra de pintura e escultura em metal, e desenvolveu importante trabalho de promoção das artes plásticas em Moçambique, onde foi director do Museu Nacional de Arte na década de 80.

O pintor deslocou-se sexta-feira à noite no seu automóvel ao aeroporto de Maputo, para se despedir de uma pessoa que viajava com destino a Lisboa. Segundo a sua filha Carla, o corpo do pai foi encontrado, já sem vida, entre as 22 e as 23h00, num baldio próxi-

mo da vila das Mahotas, a uma dezena de quilómetros da cidade. De acordo com a mesma fonte, apresentava um ferimento de bala no peito e uma machadada nas costas.

O cadáver do artista, que não tinha consigo quaisquer documentos de identificação, foi inicialmente transportado para a esquadra do vizinho Bairro Triunfo. Pelas 03h00 de sábado, foi transferido para a morgue do Hospital Central de Maputo, onde a família acabou por o identificar ao fim da manhã de domingo, já depois de ter sido efectuada a autópsia.

Uma fonte da PIC indicou que estão em curso investigações para apurar a verdade, adiantando que Lemos pode ter sido vítima de ladrões de automóveis. A cidade de Maputo vem sendo assolada, nos últimos tempos, por uma vaga crescente de criminalidade,

que preocupa seriamente a população, sobretudo nos bairros periféricos.

Há dois anos, a pintura de Lemos esteve exposta em Lisboa, incluída na colectiva "Arte Contra o Racismo". Trabalhou na capital portuguesa também em 1989, integrando o comissariado da grande retrospectiva de Malangatana, seu amigo de longa data.

Ambos fizeram parte da brilhante geração que se revelou durante os anos 60 no Núcleo de Arte, por onde então passaram artistas como o escultor Alberto Chissano, o pintor António Quadros e o ceramista José Mealha. Na sua última entrevista, publicada em finais de Fevereiro, Eugénio de Lemos reconhecia a influência de Paul Klee, Joan Miró e Gustav Klimt e aceitava para a sua obra a classificação de "abstracto-lírica": "Para mim, o principal é conseguir o que ain-

da não se descobriu".

Eugénio Lemos cooperava a organização da Dinal das Telecomunicações moçambicanas, cuja terceira edição está marcada para o próximo mês de Novembro, e onde sonhava poder apresentar o trabalho de artistas portugueses que nasceram ou viveram em Moçambique.

O artista, que completava 65 anos de idade, era irmão do poeta Virgílio Lemos, radicado em Paris, e tio do jornalista Eugénio de Lemos. Deixa viúva e duas filhas. ■

José Pinto de Sá, em Maputo



'Capacetes azuis' talvez no fim de Maio

O GOVERNO e a UNITA garantiram às Nações Unidas que estão asseguradas as condições mínimas para que os primeiros batalhões de "capacetes azuis" comecem a desembarcar em Angola durante a segunda quinzena de Maio.

Depois dos encontros havidos nos últimos dias com Jonas Savimbi, no Bailundo, e com o Presidente José Eduardo dos Santos, em Luanda, o enviado especial do secretário-geral Butros Butros-Ghali, Ismael Kietan, deixa hoje o país com a certeza de que irá propor o aceleração do envio das tropas para a terceira Missão de Fiscalização nas Nações Unidas em Angola (Unavem III).

Muita gente, no Governo, na UNITA e noutros círculos, pensa que é preciso recuperar os consideráveis atrasos que se registam até agora no cumprimento do Protocolo de Lusaca, assinado oficialmente em 20 de Novembro do ano passado. E o representante habitual de Butros-Ghali, o maliense Alioune Blondin Beye, manifestou a esperança de que as duas partes em confronto con-

PÚBLICO, 21.3.95

tinuem a demonstrar o mesmo empenho desta última semana, para que a paz de facto se consolide.

O respeito escrupuloso pelo cessar-fogo é a principal premissa para que o Conselho de Segurança das Nações Unidas dê finalmente luz verde, no fim da semana, para o envio de cinco batalhões de "capacetes azuis", num total de quase sete mil homens de várias nacionalidades. Mas a Comissão Conjunta (CC) encarregada de fazer cumprir Lusaca ainda reconhece que as tropas dos dois lados têm sido reabastecidas por via aérea e efectuam movimentos não autorizados, o que é sempre um perigo de que o processo decarreile.

Exército unificado

O comandante militar da Unavem III, que é o general nigeriano Chris Garuba, vai apresentar quinta-feira à CC a primeira versão do relatório sobre as modalidades de criação do futuro Exército unificado, com 80 a 100 mil homens. Juntam-se os 170 mil soldados do Governo aos

70 mil da UNITA, procede-se ao seu aquartelamento sob controlo da ONU, e depois começa-se a desmobilizar os excedentes, que serão no mínimo 140 mil.

"Todo o elemento fardado passa a ser incorporado nas Forças Armadas e, depois, se procederá à selecção e à desmobilização individual", explicou Alioune Blondin Beye.

O chefe da delegação da UNITA na CC, brigadeiro Ismael Samakuva, reconheceu entretanto que "alguma tropa está transformada em grupos errantes e a praticar desmandos", o que pode ter ligação com os assaltos, agora já em menor número, feitos a camionistas, sobretudo nas estradas do centro-sul do país. E pediu compreensão para os actos de "soldados descontrolados, talvez em busca da comida".

Por seu lado, uma alta patente militar do Governo, que participou nas negociações de Lusaca, disse ao PÚBLICO que "a incorporação global" visa atenuar os problemas logísticos das tropas, criar melhores condições de aquartelamento, bem como garantir maior segurança nas estradas do país, pois que

com os militares dispersos tudo seria mais difícil.

A escassez quatro dias de o Conselho de Segurança vir a deliberar sobre o envio dos primeiros contingentes de "capacetes azuis", as intensas movimentações políticas e diplomáticas estão aparentemente a desencorajar novas ofensivas militares e a fazer renascer a esperança de que o Protocolo de Lusaca tenha efectivamente cumprimento.

Edmund Djarrette, embaixador dos Estados Unidos em Luanda, acredita que a reunião da troika de observadores, marcada para dia 24 em Lisboa, poderá dar um novo alento à vontade que a ONU tem de em finais de Maio ter de facto tropas em Angola.

Enquanto isto, sete prelados católicos angolanos, a começar pelo arcebispo de Luanda, cardeal Alexandre do Nascimento, estiveram ontem no Bailundo, a fim de pedir a Savimbi que trabalhe muito a sério pela paz, tal como depois tencionam fazer em relação ao Presidente da República.

Agular dos Santos, em Luanda

No aniversário do massacre de Sharpeville

Sensibilização contra o racismo

PÚBLICO, 22.3.95

O DIA Internacional para a Eliminação da Discriminação foi ontem celebrado por várias organizações de direitos humanos em Portugal. Foi o dia que marcou o 35º aniversário do massacre de Sharpeville, na África do Sul, ocorrido em 21 de Março de 1960 com um acto de violência racista da polícia contra a população negra e que causou a morte de 69 pessoas.

A ONU, ao instituir este Dia Internacional, apela à opinião pública, para se manifestar contra o crescimento das atitudes de agressividade e exclusão, com base na cor da pele, origem étnica ou religião.

A SOS-Racismo e a Frente Anti-Racista assinalaram ontem a data com iniciativas para sensibilizar a opinião pública nacional contra o racismo e a xenofobia.

A "Semana de Todas as Cores" promovida pelo SOS Racismo começou no sábado com uma exposição de arte e artesanato africanos na Associação Cabover-

diana em Lisboa, prolongando-se até dia 25 com outras iniciativas.

A Frente Anti-Racista comemorou também o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial com o início de uma "Semana contra o Racismo" com várias actividades entre as quais um debate realizado ontem sobre "A Música Negra nas Músicas de Hoje", no Museu da República e Resistência. Esta semana termina no dia 29 com um espectáculo musical no Teatro S. Luís, em que participaram músicos de Angola, Uganda, Senegal, Argentina, Panamá, Guiné, Cabo Verde, Moçambique, Brasil e Portugal.

Por seu turno, a Confederação Geral de Trabalhadores (CGTP-IN), realizou, no sábado, um colóquio anti-racista que contou com a participação de representantes de várias organizações sindicais nacionais e estrangeiras, par-

tidos políticos, autarquias e organizações não governamentais.

A nível europeu, o Dia Internacional Contra a Discriminação Racial é assinalado com várias iniciativas, como os "Comboios da Juventude", iniciativa do Conselho da Europa, que levarão os participantes para Estrasburgo, para a Semana Europeia da Juventude, programada para a semana de 10 a 17 de Julho. Durante este período, os jovens são convidados a participar num grande encontro sobre a diversidade cultural que tem como objectivo fazer dos jovens "advogados e campeões de uma sociedade aberta e tolerante".

A esta campanha, intitulada "Todos diferentes, todos iguais", já aderiram várias personalidades do mundo artístico e político, como os presidentes das Repúblicas da Irlanda e Checa, o Prémio Nobel da Paz, Elie Wiesel, o ci-

neasta francês Luc Besson, o cantor britânico Peter Gabriel, o actor Jeremy Irons, o escritor espanhol Jorge Semprun e a actriz norueguesa Liv Ullmann.

Uma "Jornada de Acção dos meios de comunicação social contra o Racismo e a Intolerância" começou ontem em Estrasburgo, também promovida pelo Conselho da Europa, meios de comunicação social.

Ontem também foi divulgado, em Paris, o relatório da Comissão Nacional Consultiva dos Direitos do Homem, que refere que o racismo está "banalizado" em França, responsabilizando o "contexto político argelino" por esta situação. Neste documento é publicada uma sondagem em que 85 por cento dos inquiridos afirmam que as minorias que lhes despertam mais simpatia são os espanhóis e os portugueses. Os grupos menos simpáticos para os franceses são os magrebinos, os homossexuais e os franceses de origem magreбина. ■ P.J.C.

UNITA ACUSADA DE SAQUE — Forças da UNITA teriam saqueado a residência da Missão das Nações Unidas (Unavem) na localidade de Chongoroi, a acreditar no comando da Frente Militar Centro, das Forças Armadas Angolanas, citado pela agência estatal Angop. Mais de 100 homens levaram todos os bens da residência, saquearam ainda uma estação de comunicações via rádio e sabotaram uma viatura da ONU, disse o porta-voz daquele comando, coronel Inglês Neto.



ASSINE JÁ

LIGUE 531-2000
RAMAL 259

"Troika" regista progressos em Angola e "encoraja" UNITA

"Há limites à paciência internacional"

PÚBLICO, 25.3.95

A "TROIKA" de observadores do processo de paz angolano reuniu-se ontem em Lisboa e concluiu que, "apesar de alguma irregularidade", o "cessar-fogo tem sido, "de uma maneira geral", respeitado e que "se têm registado acções positivas" na activação do Protocolo de Lusaca.

No comunicado emitido depois de uma tarde de reunião, os representantes de Portugal, dos Estados Unidos e da Rússia deram ainda conta da "disponibilidade" do Governo angolano "para contribuir para a UNAVEM III" e "encorajaram" a UNITA a "prestar um contributo adequado".

Interrogado sobre o sentido desta passagem do comunicado, o secretário de Estado norte-americano adjunto para África, George Moose, limitou-se a comentar que "o texto fala por si". Já Briosa e Gala, o secretário de Estado da Cooperação, que coordenou o encontro de ontem, explicou que o "contributo" pretendido passa, para além das declarações públicas de empenhamento no processo de paz, pela

disponibilização dos meios necessários à implementação dos efectivos da UNAVEM III. Isto, tanto por parte da UNITA como do Governo.

O encontro de ontem — em que, para além de Briosa e Gala e George Moose, participou o director do departamento africano do Ministério dos Negócios Estrangeiros russo, Leonid Safonov — foi o primeiro afectado pela "troika" depois da assinatura do Protocolo de Lusaca, em Novembro passado, e destinou-se a analisar o ponto de implementação no terreno deste acordo.

As conclusões da reunião serão agora transmitidas ao secretário-geral da ONU, Butros Ghali, para, na próxima semana, o Conselho de Segurança da ONU tomar uma decisão quanto ao envio de sete mil capacetes azuis da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM III). Ghali já tem também em sua posse o relatório feito no terreno pelo seu conselheiro especial Imat Kittani. O secretário-geral "vai agora julgar", resumiu George Moose.

A "troika", depois de reconhecer que "os observadores militares e de polícia da UNAVEM III estão a ser colocados em todas as áreas de ob-

servação", apela às duas partes para que "cooperem plenamente" com a missão da ONU, pois essa colaboração será o critério de avaliação do cumprimento dos acordos de Lusaca.

É ainda feita uma referência particular ao encontro entre o presidente angolano José Eduardo dos Santos e o líder da UNITA, Jonas Savimbi, sendo expressa a vontade de que seja acelerada a preparação da cimeira, "o que constituirá uma importante mensagem" de ambos os intervenientes.

Do comunicado fica ainda um toque de dramatização: "O actual processo de paz representa a última esperança para Angola", ideia que George Moose reforçou ao sublinhar que "há limites à paciência internacional e à capacidade e vontade da comunidade internacional".

Luanda pessimista

Entretanto, o Governo angolano fez ontem um balanço pessimista da aplicação do Protocolo de Lusaca, passados que são 100 dias sobre a sua assinatura. A Comissão Con-

junta (CC) para aplicação dos acordos ainda só cumpriu os objectivos que estavam traçados para a data limite de 15 de Dezembro, recorda o Executivo de Luanda num memorando a distribuir na próxima semana a instituições políticas portuguesas e a que a agência Lusa teve acesso. São ainda colocadas dúvidas sobre os dados fornecidos pela UNITA quanto "aos seus efectivos, equipamento e localização", motivo pelo qual o Governo angolano ainda não disponibilizou à CC todos os dados requeridos.

É sob estas críticas que se vai realizar a visita do presidente da CC, Alioune Beye, à província do Cuando Cubango, aonde chegou ontem a fim de se inteirar das dificuldades alimentares das populações.

Ao mesmo tempo, de Ndalandando chegava a notícia de que as chefias militares da UNITA e do Governo na província do Cuanza Norte chegaram a acordo para uma reunião a ter lugar "muito brevemente" em Luanda, para análise dos incidentes registados nesta área. ■

Filipe Santos Costa

Opinião

P. Bernardo Bongo*

Religiosos angolanos escrevem à "troika"

Motivação da presente carta

São inúmeras as vozes que gritam no deserto de guerra que devasta sem fim vidas humanas e bens materiais em Angola. Unimos a nossa voz aos recentes esforços dos senhores bispos de Angola e São Tomé e Príncipe que, com gestos eloquentes de diálogo reconciliador, contactaram diversas personalidades políticas com responsabilidade no processo de paz para a nossa terra. Tal atitude devia interpelar profunda, séria e eficazmente a comunidade internacional que a "troika" representa.

A "troika" e sua missão

Dos acordos de Bicesse (1991) nasceu a "troika" como instância que velaria imparcialmente pela implementação dos acordos até às eleições legislativas e presidenciais. Naquela data, a "troika" fazia crer constituir um bloco de Estados que, unidos, fariam florescer a paz e a concórdia desde o pôr de um sol até ao alvorecer do seguinte.

Infelizmente, e disso são testemunhas oculares, o processo descarrilou e Angola viu-se de novo mergulhada numa guerra devastadora, com o emprego de meios bélicos com capacidade destruidora sem precedentes na história daquele país. Fior do que tudo isso, Estados "neutros" e "observadores" primaram pelo alinhamento e parcialidade em relação a uma das partes em conflito, facto esse de que para já são testemunhas a imprensa internacional

e, de modo particular, a de Portugal, traíndo a letra e o espírito de Bicesse que estipulavam a cláusula chamada "triplo zero".

De Bicesse a Lusaca, a distância em quilómetros tornou-se infinda, dada a larga e grossa coluna de angolanos tombados mortos nas cidades, aldeias e campos sob o fogo dos canhões e "pequenas bombas atómicas dos pobres" enviados em contentores rotulados de "cimento e plástico de construção civil".

Uma nova página da história de Angola

Acreditamos (ainda) na conversão por parte dos homens e mudança de atitudes por parte das nações!

Lusaca faz nascer uma nova esperança: entendimento pelo diálogo, concórdia pelo perdão, democracia na tolerância, tudo assente sobre os pilares do respeito, da dignidade e igualdade de todos os angolanos, sem divisões de raça, tribo, religião e proveniência cultural. Uma Angola onde o estrangeiro se sinta acolhido e amado.

O povo angolano, dentro e fora do país, oíra e espera com júbilo o empenhamento dos capacetes azuis cuja chegada não deve ser retardada por ninguém, muito menos pela "troika", a qual deve encorajar a ONU a levar a cabo, com coragem e sem esperar que a paz reine, o bom exercício das funções que incumbem sobre aquele organismo internacional, em Angola.

Fazer depender o envio dos capacetes azuis das atitudes dos dois beligerantes seria condenar os angolanos à extinção; porque eles (os beligerantes) em mul-

tos aspectos não podem parar a guerra, dado o apadrinhamento externo; além disso, o passado histórico recente só regista desconfianças, medo recíproco, para não falarmos de possibilidades de vinganças estrategicamente desenhadas. Porventura ignorais as consequências psicológicas de uma guerra civil?

Apelo final e conclusão

Ainda é possível repor a verdade e a transparência. Por detrás daquilo que parece impressionante existe uma luz capaz de nortear os homens na condução do processo de reconciliação dos angolanos. Por isso dirigimos a presente carta a Vossas Excelências nas vésperas de mais um encontro da "troika", pedindo em nome dos que não têm voz, nem vez nem veto — as crianças e os inocentes — que ajudeis a construir Angola na paz.

Convictos da força do diálogo na resolução dos conflitos, na pluralidade de crenças e de opções, e confiantes no vosso poder de transformar em concórdia e paz esperanças frustradas, sobre vós invocamos as bênçãos de Deus, fonte da verdadeira paz. Reiteramos os nossos votos de boa jornada de trabalho.

Roma, 23 de Março de 1995

* Angolano, membro do Conselho-Geral da Congregação dos Missionários do Espírito Santo; a carta foi escrita por alguns membros da comunidade angolana residentes em Roma, na sua maior parte estudantes de institutos religiosos "preocupados com a situação" que se vive em Angola

Moçambique: família quase linchada

EXPRESSO, 25.3.95

REFINALDO CHILENGUE

correspondente em Maputo

VAI longe o tempo em que Maputo era um autêntico paraíso, onde as fechaduras quase só serviam para enfeitar as portas e onde, a qualquer hora do dia, se podia deixar um carro com os vidros abertos sem receio. Hoje, a capital moçambicana é uma cidade onde todos têm medo de tudo e de todos e onde proliferam os bantos e a violência. Que o digam os cinco portugueses que, na segunda-feira, escaparam à morte por linchamento em Marracuene, 30 quilómetros a norte da capital.

Tudo começou quando

uma família portuguesa, recém-chegada para passar férias, resolveu ajudar um grupo de «molwenes» (meninos da rua), dando-lhes comida em troca de pequenos serviços. Na manhã do dia 20, os cinco portugueses decidiram ir dar um mergulho à exótica praia de Macaneta e os cinco «molwenes» pediram para se juntarem à excursão. Chegados ao batelão, o estranho grupo formado por «brancos bem apresentados e pretinhos sujos» suscitou suspeitas, agravadas pelo facto de viajarem numa carrinha com matrícula sul-africana.

«São raptos de crianças», gritou alguém. E, à volta do carro dos «tu-

gas», juntou-se uma pequena multidão. Desesperado e incrédulo, o condutor quis saber: «Raptar crianças para quê?». Os apelos dos brancos só contribuíram para aumentar a fúria dos africanos, que começaram a preparar a «execução dos raptos de crianças» através do «necklace» (a vítima é enfiada num pneu, atada e depois incendiada).

O pior foi evitado pela rápida intervenção da polícia moçambicana, mas os populares insatisfeitos cercaram a esquadra de Marracuene, exigindo a cabeça dos «brancos raptos de crianças».

Os porquês da ira

Há dois anos que servi-

tham na capital rumores de raptos, particularmente de crianças, para a extracção dos órgãos genitais. A situação atingiu um ponto em que se tornou arriscado tentar «engatar» uma rapariga ou uma mulher, abordar um homem ou interpellá-lo na rua, ou ainda viajar com crianças no carro, sobretudo se o veículo for de matrícula estrangeira.

Há inúmeras histórias sobre a procura de órgãos genitais de ambos os sexos, sobretudo masculinos. O «produto» é supostamente muito procurado na África do Sul, para efeitos de magia negra e rituais ancestrais. Fala-se de uma mulher que teria sido detida quando tentava cruzar a fronteira com a Suazilândia, transportando 15 quilos de pénis e testículos, e de um empresário que escondia num congelador do seu restaurante 16 quilos de órgãos genitais.

A revolta dos populares contra a polícia em Marracuene é apenas mais um episódio da falta de confiança na autoridade. Comentando o recente assassinio do pintor Eugénio de Lemos, o jornalista e escritor Calane da Silva, afirmou à televisão moçambicana, que só «os honestos é que não têm armas».

Regista-se uma tendência para fazer justiça pelas próprias mãos, como aconteceu há duas semanas, quando foram linchados três ladrões surpreendidos a assaltar a residência de um mineiro, em Chongone (220 Kms a norte de Maputo).



Governo e UNITA à espera da ONU

EXPRESSO, 25.3.95

O GOVERNO angolano e a UNITA aguardam, com cauteloso optimismo, as conclusões da reunião do Conselho de Segurança da ONU de amanhã. Esperam que o relatório do enviado especial do secretário-geral da ONU a Angola, Ismat Kitani constitua «um testemunho do desanuviamiento alcançado no terreno», condição exigida pela comunidade internacional para o envio de capacetes azuis para Angola. A advertência feita pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas relativa a uma eventual anulação da missão da UNAVEM III parece ter convencido o Governo e a UNITA da necessidade de imprimirem nova velocidade à aplicação do protocolo de Lusaka. Os bispos da Igreja Católica deslocaram-se, esta semana, ao Bailundo onde se encontraram com Jonas Savimbi. Tencionavam abordar a questão da vinda dos capacetes azuis num encontro com o Presidente Eduardo dos Santos, mas a recusa deste em recebê-los indicia um certo azedume nas relações entre a Igreja e o poder. No terreno militar, o clima

dominante é ainda de forte desconfiança, levando alguns observadores da UNAVEM a expressar reservas quanto à vinda dos capacetes azuis. Na semana passada, ficou finalmente concluída a primeira fase do «desengajamento» das tropas governamentais e da UNITA. Mas «nada garante que a tensão que subsiste em muitos locais não possa desembocar em conflitos abertos, uma vez que o mandato dos capacetes azuis exclui a sua intervenção como força de interposição», segundo disse ao EXPRESSO um diplomata ocidental.

Presidente reforça poderes

O Presidente Eduardo dos Santos reforçou os seus poderes retirando a gestão dos sectores económicos ao chefe do Governo, Marcolino Moco, e assumindo o controlo absoluto do aparelho organizativo do MPLA em detrimento de Lopo do Nascimento. Esta cartada é vista como expressão da vontade de Eduardo dos Santos de liderar desde já a pré-campanha eleitoral do partido go-

vernamental numa tentativa de mobilizar os desiludidos do regime para as grandes batalhas que se avizinham. O «sacrifício» de Marcolino Moco foi qualificado por uma fonte da Presidência «como um imperativo para desfazer equívocos constitucionais que estiveram na origem da crise institucional que se instalou no país desde Dezembro último». Segundo um jurista do gabinete de Eduardo dos Santos, a solução da crise que paralisa as instituições civis passa pela instauração do «semipresidencialismo com pendor presidencialista sem alteração da Constituição».

Uma das consequências imediatas da concentração de poderes nas mãos do Presidente é o fortalecimento da ala dura do regime que defende a «fujimorização» do sistema político angolano em detrimento dos reformistas, partidários do diálogo para resolver a crise político-militar e moralizar uma sociedade doente de corrupção.

GUSTAVO COSTA
correspondente em
Luanda



vozes em português

Mia Couto*

Uma luso-afonia?



PÚBLICO, 26.3.95

O telefonema do PÚBLICO me sobressaltou. Andava eu, meio perdido entre Nova Iorque e Viana do Castelo, quando recebi a intimação da urgência. Mas eu estava desarmado: deixara a crónica em Maputo. Na ausência desse texto fiz à mão de apontamentos dispersos e incabeados, cábula para uma intervenção de mais um encontro sobre lusofonias.

1. A actual insistência em proclamar a Comunidade de Língua Portuguesa é, talvez, a melhor prova de que ela não existe. Ainda não somos daí a necessidade de hastear bandeirismo. Abundam porta-estandartes mas não há território onde fixar mastros.

Existem laços que a história criou. Falta ainda um longo caminho para tecer esses laços em rede familiar. Esse projecto não pode ser erguido sobre ilusões, equívocos e facilidades que alguns pretendem estabelecer. O primeiro desses equívocos: não somos realmente 200 milhões de falantes. Em Moçambique, o idioma português é a segunda língua de apenas magra fatia da população. O mesmo se passa na Guiné-Bissau e, em menor grau, em Angola. Segundo equívoco: a proximidade cultural. A língua portuguesa não confere essa familiaridade. Um falante moçambicano tem mais a ver, do ponto de vista cultural, com um sul-africano ou zimbabueano do que com um português, brasileiro ou cabo-verdiano.

Outra ilusão: os laços de afecto. Mesmo reconhecendo a for-

ça da afectividade, ela não é o motor de comunhão nos dias de hoje. Estamos falando de países, governos, interesses nacionais. Qualquer uma das sete (ou oito, pensando em Timor) nações se integra em interesses regionais diferentes. Somos periferia de diferentes centros.

Estas circunstâncias devem ser lembradas. Não para derrotar o projecto de criação da Comunidade ou para demonstrar a sua inviabilidade. Pelo contrário, para colocar verdade nos seus alicerces.

Congressos, colóquios, mesas-redondas têm laborado sobre alguns destes mal-entendidos. Estes encontros, por força de encenação, têm o condão de fazer acreditar que alguma coisa está acontecendo. De facto, não estão ocorrendo pequenas obras que poderiam aproximar estes países. (...)

2. Há quem queira instituição e quem-na agora. Necessitamos, sim, de uma relação. Instituição e relação. Instituição e relação não são contraditórios. Mas o modo como estamos privilegiando as aparências pode conduzir a logros perigosos. Estamos reduzindo um caminho que é múltiplo à via institucional. Se os presidentes não conseguem acertar agendas para a oficialização, como explicar ao cidadão anónimo a importância da lusofonia? O moçambicano comum sente, sim, que, para entrar em Portugal, lhe são impostas crescentes barreiras burocráticas.

A pressa em privilegiar a via formal pode fazer com que se repita aquilo que aconteceu ao nado-morto Instituto da

Língua Portuguesa, em Maranhão. Por outro lado, corremos o risco de fazer tropeçar iniciativas que poderiam ser válidas. Veja-se o que sucede com o Prémio Camões. Ao condicionar este galardão literário a condicionamentos políticos e a interesses extraliterários, está-se a desvalorizar o referido prémio. Com o devido respeito: aos nossos políticos não foi conferido o direito de cavalgar sobre a literatura e sobre o bom nome de Luís de Camões. (...)

3. Um caminho possível seria o de fazer das fraquezas virtudes. Estou citando o professor Inocência Sousa Santos. Por exemplo: Portugal não tem um espaço cultural em Maputo. Os Estados Unidos da América, a França, a Inglaterra já dispõem desses centros. O Brasil também. Moçambique não está em condições de trazer, oficialmente, a sua cultura para Portugal. Existem, contudo, agentes culturais sistemáticos que são os cidadãos destes países. Os portugueses que viveram e vivem em Moçambique são os protagonistas anónimos e ignorados que melhor servem este projecto. Exactamente porque actuam sem projecto.

Os moçambicanos e outros africanos que vivem em Portugal são agentes que incitam à mestiçagem de culturas. Mais do que nós, escritores, estas pessoas estão moldando bases para um diálogo profundo. Muito mais que fulminantes acções diplomáticas, estes cidadãos estão construindo a família dos falantes de português. (...)

*escritor moçambicano

as sete partidas do mundo

Lito Silva, o mais conhecido cartoonista angolano, lançou na semana passada um novo álbum, "Coisas do Povo", com a chancela da Imagens Lda. Lito, que é também autor de vários títulos de banda desenhada, assinou alguns trabalhos polémicos, designadamente a caricatura de Marcelino Moco, primeiro-ministro angolano, que motivou o afastamento do antigo director do "Jornal de Angola", Vítor Silva. Em recente entrevista à rádio Luanda Antena Comercial, Lito Silva queixou-se da falta de liberdade de imprensa no país, dizendo que o actual director do "Jornal de Angola", Luís Fernandes, pretende controlar o seu trabalho: "Não faço 'cartoons' para impor a linha de um determinado partido", disse Lito Silva.

A participação do pintor moçambicano Malangatana Valente no Congresso de Antropologia Literária, que se realizou em Lisboa no mês passado, por iniciativa do Instituto Superior de Psicologia Aplicada, (ISPA), abriu a possibilidade de uma cooperação mais ampla entre Portugal e Moçambique no domínio das ciências sociais. Aprovei-

tando o encontro, Malangatana apresentou ao ISPA uma proposta para que psicólogos portugueses visitem Moçambique, a convite do Centro Cultural de Matlane (CCM), que ele próprio dirige. Matlane é a terra natal de Malangatana, o CCM é uma escola de pintura e escultura e, no mesmo tempo, uma espécie de centro artístico, onde se revivem as tradições mágicas que alimentam a arte popular moçambicana.

O cantor angolano Gaby Moy, autor de um dos grandes sucessos da música popular de Angola, em 1993 — "Virinha Zongola" —, vai lançar esta semana um novo disco intitulado "Samba Kizomba". Moy, irmão do famoso David Zé, músico que Agostinho Neto mandou fuzilar em 1977 (acusando-o de fracционismo), inclui no novo disco um tema do seu irmão: "Samba Kizomba", com o selo da editora portuguesa Sonovox, foi gravado em Lisboa e conta com a participação do músico cabo-verdiano Júlio Silva nos arranjos. Entretanto foi também lançado numa discoteca africana da capital portuguesa, o II, um novo disco do cabo-verdiano Fortinho: "Deixam Mamá". O

lançamento do disco serviu de pretexto para um concurso de música africana, no qual participaram jovens cantores radicados em Portugal.

Carlinho Brown, o homem que renovou a música baiana ao criar a banda de percussão Timbalada, vai lançar finalmente o seu primeiro disco. Brown, 33 anos, de seu verdadeiro nome António Carlos Santos de Freitas, tem composto temas de grande sucesso para as melhores vozes do Brasil — Marisa Monte, Djavan e Gal Costa, entre muitos outros. Agora assinou dois contratos: um com a EMI brasileira e outro com a Virgin Records, do Reino Unido, que brevemente deverá lançar um disco do compositor no mercado internacional. No Brasil, o primeiro disco de Brown deverá estar à venda já no mês de Setembro. Entre os projectos do cantor está a criação de uma nova banda. Geng Ogi, com a qual pretende reagatar os ritmos negros levados até ao Brasil pelos antigos escravos africanos e que ainda sobrevivem, mais ou menos ocultos, nos terreiros da Baía. J.J.A.



LIGUE 531-2000 RAMAL 259 LIGUE 531-2000 RAMAL 259 LIGUE 531-2000 RAMAL 259

África do Sul consolidou-se com a visita de Isabel II

PÚBLICO, 26.3.95

Winnie prestes a ser despedida

A REPÚBLICA da África do Sul era ontem um país mais seguro de si, depois da visita de seis dias ali efectuada pela rainha Isabel II da Inglaterra, chefe da Commonwealth e uma das mais importantes personalidades europeias a testemunhar até agora os dias do pós-apartheid.

Tendo aparecido no Cabo, em Fort Elizabeth, em Pretória e em Durban como a herdeira de um império que nos últimos 200 anos se interessou pelas terras da África Austral, Isabel II deixou os sul-africanos certos de que pertencem hoje em dia de pleno direito à comunidade internacional; ultrapassados que estão os tempos da segregação racial.

O Reino Unido já não é agora aquela potência que oprime os boers nem que entra em conflito com xhosas ou zulus, mas

sim o grande parceiro comercial de todos os 40 milhões de sul-africanos, sejam eles negros, brancos, mestiços ou indianos.

Mais senhores de si, os cidadãos da África do Sul preparam-se agora para resolver alguns assuntos que ainda os afligem e para celebrar dentro de um mês a primeira ida às urnas numa base universal, sem qualquer tipo de discriminação entre as suas diferentes etnias.

Terminada a visita de Isabel II, um dos pontos mais altos do seu reinado, o Presidente Mandela já reafirmou que aceita a mediação internacional tão insistentemente pedida pelo partido Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi, a fim de se caminhar para uma Constituição semi-federalista, que dê larga autonomia a cada uma das nove

provincias: e em especial à do Kwazulu-Natal.

Por outro lado, o jornal "The Sunday Tribune" disse que a mulher de quem Mandela está separado, Winnie, deverá ser oficialmente afastada de vice-ministra da Cultura dentro de poucos dias, pois que dá uma má imagem ao ANC, o partido que conseguiu 62 por cento dos votos nas eleições do ano passado.

Winnie, considerada culpada de uma série de arbitrariedades e até mesmo de cobertura dada a um acto de homicídio, poderá a médio prazo ser tentada a afastar-se do movimento em que sempre militou, para se aliar a um grupo mais à esquerda, como é o Congresso Pan-Africano (PAC), de Clarence Makwetu.

Resolver da melhor maneira possível os problemas levantados por Winnie, conseguir um "modus vivendi" com Buthelezi e entender-se também com a Frente da Libertação, do general boer Constand Viljoen, são alguns dos pontos na agenda do Presidente da República ao findar agora o primeiro ano do seu mandato, que está a decorrer de uma forma globalmente positiva.

Por outro lado, a África do Sul necessita bastante de atrair capital da Commonwealth, da Comunidade Europeia, dos Estados Unidos e do Japão, a fim de aproveitar ao máximo todo o seu potencial e de se transformar verdadeiramente num país desenvolvido, com Produto Nacional Bruto "per capita" acima dos 3.000 dólares. ■ J.M.

NOITE AFRICANA

músicas angolana e cabo-verdiana,
reggae, pagode, samba, salsa, merengue
e muito mais

DIA 15 DE ABRIL,
ÀS 23 HORAS
Discoteca Zoom

Rua Rodolfo Dantas, 102,
Copacabana

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roqui-naldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (*Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to*): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10, Conjunto 56-1 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. - Assinatura anual (em dólar comercial): *Instituições internacionais*: US\$ 250.00; *nacionais*: US\$ 200.00; *Pesquisadores*: US\$ 100.00. WE ASK FOR EXCHANGE.

I M P R E S S O